



Reforçar o Partido, Intervir e lutar
pelos Valores de Abril no futuro de Portugal

RESOLUÇÃO POLÍTICA

ÍNDICE

Página

I – INTRODUÇÃO	3
II – A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NA PENÍNSULA DE SETÚBAL NOS ÚLTIMOS 4 ANOS	4
2.2. A Península de Setúbal hoje	4
2.3. As Consequências Económicas Sociais e Culturais na Península	7
2.4. Os Trabalhadores e as suas Organizações de Classe	7
2.4.1. O Movimento Sindical	7
2.4.2. O Movimento das Comissões de Trabalhadores	10
2.5. Outras organizações de Massas e Camadas Sociais	10
2.5.1. O Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores	10
2.5.2. O Movimento dos Pescadores	12
2.5.3. O Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos.....	12
2.5.4.A Luta Contra a Extinção das Freguesias	13
2.5.5.O Movimento Associativo, Cultura, Recreio e Desporto.....	14
2.5.6. A Juventude, o Movimento Juvenil e a JCP	14
2.5.7.O Movimento das Mulheres	15
2.5.8. O Movimento dos Reformados	16
2.5.9. O Movimento dos Micro, Pequenos e Médios Empresários	17
2.5.10. O Movimento Cooperativo	18
2.5.11. O Movimento de Resistência Anti-fascista	18
2.5.12. O Movimento da Paz e da Solidariedade	19
2.5.13.Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	19
2.5.14. O Movimento das Pessoas com Deficiência	20
2.5.15. O Movimento dos Imigrantes	21
2.5.16. O Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação	22
2.5.17.Os Bombeiros	22
2.5.18. O Trabalho Político Unitário	23
2.6.Correlação de Forças no Plano Eleitoral	23
2.6.1. Análise Geral.....	23
2.7.Eleições Legislativas	24
2.8.Eleições Autárquicas	24
2.9.Eleições para o Parlamento Europeu	25
2.10. Intervenção e Trabalho nas Instituições	25
2.10.1. Parlamento Europeu	25
2.10.2. Assembleia da República	25
2.10.3 Autarquias Locais.....	26
III - COM OS TRABALHADORES E O POVO – UM PARTIDO MAIS FORTE	27
3.1. Uma Acção Intensa, Combativa e Coerente	28
3.2. Organização, Direcção e Estrutura	28
3.3. Organização e Intervenção do Partido nas Empresas e Locais de Trabalho	29
3.4. A Organização do Partido no Local de Residência	30
3.5. Informação, Propaganda e Imprensa do Partido	31
3.6. A Festa do Avante	31
3.7. Os Fundos e o Património	32
3.8. O Trabalho de Direcção	34
3.9. Os Quadros e a Formação Política e Ideológica	35
IV – QUATRO ANOS DE ACCÇÃO, LUTA E PROPOSTA COM OS TRABALHADORES E O POVO	36
4.1. A Luta dos Trabalhadores e das Populações	36
4.2. Propostas do Partido para o Desenvolvimento Regional	36
4.3. A Luta pela Alternativa	38

I INTRODUÇÃO

1.1. Sob o lema *Reforçar o Partido, Intervir e Lutar - Pelos valores de Abril no futuro de Portugal* realiza-se, a 22 de Março na Academia Almadense, a 9ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do Partido Comunista Português, momento particularmente importante na vida do Partido na região, quer no plano orgânico, quer no plano da intervenção política.

1.2. A preparação e a realização da 9ª AORS, para além do cumprimento das normas estatutárias, são um contributo precioso que os militantes do PCP dão para o reforço da organização, intervenção e influência do Partido.

1.3. Este é o momento de avaliar colectivamente o trabalho do Partido, de prestação de contas da actividade, desde a última Assembleia, realizada em Abril de 2011, e de eleger a nova DORS.

1.4. A Assembleia traçará as linhas para o trabalho futuro do Partido na região, para que continue a ser um Partido forte e interventivo, um Partido que - pelo seu percurso e intervenção - se afirma como força portadora de um projecto de ruptura e de mudança na vida nacional, capaz de pôr fim a décadas de política de direita e abrir caminho a uma política, patriótica e de esquerda, que enfrente a crise do capitalismo com coragem e determinação e responda aos desafios do futuro, aos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

1.5. A 9ª AORS realiza-se num quadro de progressivo aumento da exploração e degradação da situação económica e social do País e de intensificação da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e do povo, contra as instituições democráticas e o Poder Local Democrático, que conhece pela mão do actual Governo uma nova e mais acentuada dimensão.

1.6. Os níveis alarmantes de desemprego, a emigração forçada de milhares de portugueses, muitos deles com elevada qualificação, a destruição de dezenas de milhares de micro, pequenas e médias empresas, a acentuação das injustiças e exclusão sociais, as restrições ao direito à saúde, à educação e à protecção social são expressões vivas da realidade nacional, que nenhuma propaganda sobre inventados sucessos pode desmentir.

1.7. A situação em que se encontram o País e a região é o resultado de 38 anos de política de direita agravada com a concretização do pacto de agressão assinado pela *troika* nacional PS, PSD e CDS, com a *troika* estrangeira FMI, BCE e UE e que visa promover a liquidação de direitos e conquistas alcançadas com Abril e impor mais retrocessos nos planos económico, social, político e cultural, com acentuadas perdas na soberania e independência nacionais.

1.8. No plano internacional, a situação neste período caracterizou-se por grandes e violentos ataques à soberania dos povos, associados a vastas operações de ingerência directa e indirecta, provocando a conseqüente destabilização política e económica, associadas a operações de saque das suas riquezas naturais, sem precedentes, atirando para a emigração clandestina milhões de pessoas e acentuando a exploração dos trabalhadores.

1.9. Esta brutal ofensiva do imperialismo resulta da natureza do capitalismo. Ao mesmo tempo, assiste-se à resistência ao imperialismo e ao incremento da luta pela superação revolucionária do capitalismo, que decorrem da intensificação da luta dos trabalhadores e dos povos e a afirmação de países e de cooperação entre nações que buscam caminhos para o seu desenvolvimento, fora do quadro do domínio hegemónico do imperialismo.

1.10. A Organização Regional de Setúbal do PCP está determinada na luta pela ruptura com a política de direita, pela concretização de uma alternativa patriótica e de esquerda, na luta pela Democracia Avançada - os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo Socialismo e o Comunismo.

A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

2.1. A evolução da situação política, económica, social e cultural no período compreendido entre assembleias foi marcada pelo aprofundamento da política de direita que vem sendo desenvolvida de há 38 anos a esta parte pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS e conduziu a uma situação marcada pelo domínio dos grupos monopolistas associados e dependentes do capital estrangeiros, pela acentuação do processo de perversão do regime democrático e por um elevado grau de comprometimento da soberania e independência nacionais.

2.1.1. Um aprofundamento que teve na assinatura do pacto de agressão ao povo português por esses três partidos com o FMI, a UE e o BCE, um mecanismo para uma ainda maior redução dos salários dos trabalhadores e dos rendimentos da maioria dos portugueses, liquidação de postos de trabalho, ataques aos direitos sociais e laborais, mais destruição do aparelho produtivo, encerramento de serviços públicos.

2.1.2. A esta política e às medidas que ela corporiza opuseram-se a classe operária, os trabalhadores, as populações e diversas camadas antimonopolistas, que com a sua luta travaram e alteraram o conteúdo e o ritmo da ofensiva, e derrotaram algumas das medidas, impedindo desse modo que a suas condições de vida e de trabalho se tivessem degradado ainda mais. Luta que contribuiu decisivamente para o enorme descrédito e desgaste do governo do PSD/CDS e da política de direita por si desenvolvida.

2.2. A Península de Setúbal Hoje

2.2.1. A população na península de Setúbal está estimada em 781.788, dados de 2013, assim distribuídos por concelho: 171.481 (Almada), 161.976 (Seixal), 119.244 (Setúbal), 77.577 (Barreiro), 65.632 (Moita), 63.723 (Palmela), 53.586 (Montijo), 50.276 (Sesimbra), 18.493 (Alcochete).

2.2.2. No plano económico, existem na Península 71.682 empresas das quais mais de 50% no sector terciário. A estrutura empresarial caracteriza-se pelo predomínio numérico do micro empresas, que totalizam 96,5% das empresas existentes, seguidas das pequenas empresas com 2,7%. As empresas de média dimensão representam 0,6 % do total e as grandes empresas somente 0,2 %.

2.2.3. Quanto ao peso e importância dos diferentes sectores na actividade económica da região e apesar da destruição do aparelho produtivo verificado nas últimas décadas como resultado da política de direita, o sector secundário mantém um peso significativo na economia da região com cerca de 8,7 mil milhões de euros e 52,2% do PIB regional e 54.460 trabalhadores.

2.2.3.1. Algumas das maiores empresas nacionais, como seja a Autoeuropa, Portucel, Secil, Sapec, Lisnave e SN-Seixal, têm no seu conjunto um volume de negócios cerca de 4,5 mil milhões de euros equivalentes a 2,6 % do PIB nacional, envolvendo 5.988 trabalhadores directos, com enorme importância no funcionamento da actividade económica da região.

2.2.3.2. As indústrias automóvel, da celulose, electrónicas, extractivas e da transformação de cimentos, naval, químicas e siderúrgica, consolidaram-se e evidenciam-se pelo volume de negócios e pelo número de postos de trabalho. A actividade portuária e logística têm uma

crescente importância na economia regional como resultado do incremento dos movimentos de cargas e descargas.

2.2.4. O sector terciário continua a assumir lugar de destaque quer em volume de negócios, quer no número de empresas e de postos de trabalho. A administração pública, o comércio e a restauração assumem importância maior neste sector. Verificou-se um crescimento das grandes superfícies de venda a retalho.

2.2.4.1. Este sector tem sido particularmente afectado pela actual conjuntura económica, com consequências nos planos social e laboral. A maior exposição das micro e pequenas empresas aos efeitos da crise tem conduzido ao encerramento de muitas unidades, deixando sem trabalho milhares de pessoas. O comércio e serviços pesam na economia regional cerca de 7,7 mil milhões de euros o que representa 46,2% do PIB regional e envolve 180.265 trabalhadores.

2.2.5. O sector primário, com a política de direita assente no desinvestimento na agricultura e no abate da frota pesqueira e a adesão à União Europeia perdeu peso na economia regional não obstante as potencialidades existentes. Tem hoje um volume de negócios de cerca de 271 milhões de euros o que representa 1,63% e envolve 10.628 trabalhadores.

2.2.5.1. A política de direita levou ao desaparecimento na região de centenas de explorações agrícolas, que nos últimos anos sofreram uma redução de 36%.

2.2.5.2. No quadro de desaparecimento destas explorações é visível que foram as de menor dimensão que se extinguiram: 46% correspondiam a explorações de um hectare e 24% tinham uma dimensão de um a cinco hectares. Em contrapartida, o número de explorações com mais de 50 hectares, registou um aumento na ordem de 4%, o que demonstra de forma clara e inequívoca a natureza de classe da política de direita.

2.2.5.3. Nas pescas a imposição pela União Europeia de uma política comum tem promovido o desmantelamento da frota e a consequente redução do número de profissionais, agravado com a aplicação de legislação restritiva e a entrega da gestão dos recursos biológicos e marinhos nacionais às instituições supranacionais da UE. Uma Política Comum que compromete o sector, a soberania e segurança alimentares.

2.2.5.4. A comprová-lo estão os dados estatísticos de 1985, antes da adesão à então CEE, a frota pesqueira portuguesa capturava 70% do pescado consumido no país, actualmente Portugal importa milhares de toneladas do pescado que consome. Apesar da ofensiva destruidora e das crescentes dificuldades com que se confronta o sector nacional das pescas, foram descarregados em 2013, nos portos de Setúbal e Sesimbra 27.664 toneladas de pescado, alcançando um volume de negócios 30.830.000 € e com um valor médio de €1,2/kg.

2.2.5.5. As consequências no sector primário estão à vista no agravamento cada vez maior da nossa dependência alimentar, com pesados custos sociais e económicos para o país, importando-se mais de 70% da nossa alimentação quando o défice da balança comercial é superior a 4.000 milhões de euros.

2.2.5.6. Nos últimos anos têm constituído factor positivo o incremento da produção pecuária (em particular no concelho da Moita), vitivinícola, floricultura e a criação de diversas unidades de produção aquícola, dedicadas à exploração de bivalves e piscicultura.

2.2.6. Em termos territoriais, parte significativa da Península é ocupada por três áreas protegidas, o Parque Natural da Arrábida e as Reservas Naturais dos Estuários do Sado e do Tejo. Esta realidade representa um património único e um valor acrescido para a região e suas populações, que pode aportar positivos impactes de natureza económica social e cultural, desde que assentes numa relação sustentada entre o ambiente e as comunidades humanas.

2.2.7. Os sucessivos governos têm descurado este valor. Por acção dos municípios e da Associação dos Municípios da Região de Setúbal (AMRS) em parceria com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - foi apresentada uma candidatura da Arrábida a Património Mundial, que mereceu parecer positivo da Comissão Nacional da UNESCO mas não obteve parecer favorável de outros organismos da UNESCO. Os Municípios e a AMRS prosseguem um conjunto de trabalhos, estudos e acções de valorização e promoção do património cultural da Arrábida, procurando o seu reconhecimento internacional através de uma candidatura à reserva da biosfera.

2.2.8. Os serviços públicos e os direitos sociais conquistados pelo povo português com a Revolução de Abril têm sido alvo de uma violentíssima ofensiva visando a sua destruição desenvolvida pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS. Ofensiva que nos últimos anos, com a concretização do pacto de agressão, sofreu uma enorme aceleração e aprofundamento.

2.2.9. Uma ofensiva que tem o objectivo de reconfigurar o Estado e a Administração Pública aos interesses e objectivos do capital monopolista, que degrada, destrói e privatiza os vários Serviços Públicos. As consequências para o povo português estão à vista nas crescentes dificuldades no acesso a estes serviços.

2.2.9.1. Na Saúde, teve início uma fase qualitativamente nova da ofensiva contra o SNS, marcada por um processo de encerramento de centros de saúde e valências hospitalares, e especialidades nas urgências, dezenas de serviços de proximidade, aumento do número de taxas moderadoras e do seu valor e maiores dificuldades no acesso às consultas, às cirurgias e urgências hospitalares.

2.2.9.2. Na Educação, os vários governos concretizaram uma estratégia marcada pela desvalorização e destruição da Escola Pública com o objectivo da sua privatização, de que são exemplo os graves cortes orçamentais, a criação dos Mega-Agrupamentos, o modelo de gestão anti democrático centrado no director, o encerramento de milhares de escolas do 1º ciclo, a redução de milhares de trabalhadores docentes e não docentes e a tentativa de municipalização em curso, bem como a promoção da contratação e regime de prestação de serviço “ por horas trabalhadas” ou através de Contratos de Emprego e Inserção.

2.2.9.3. Na Segurança Social, os portugueses estão confrontados com uma redução drástica dos apoios e encerramento de serviços de apoio de acção social, o que contribui para o agravamento das injustiças e desigualdades e um inaceitável retrocesso nos direitos de protecção social. Temos também vindo a assistir à degradação deste serviço com a retirada de trabalhadores efectivos, através da requalificação, substituindo-os por trabalhadores com Contrato de Emprego e Inserção, fomentando a precariedade e a exploração.

2.2.9.4. Nos Transportes Públicos, para além dos aumentos de preços e cortes de carreiras, assistiu-se à mais acentuada fase de privatizações, umas já concretizadas, outras em carteira, envolvendo grandes empresas como a CP, a CP-Carga, a EMEF, a Transtejo e a SOFLUSA.

2.2.9.5. No sector das Comunicações, verificaram-se os impactos negativos da privatização dos CTT, com a redução da qualidade e da rede pública, com o encerramento de vários postos de correios.

2.2.9.6. O encerramento de Tribunais, Repartições de Finanças, Notários e Registos, bem como de outros serviços públicos, deixam bem claras as intenções da política de direita em prosseguir com o desmantelamento e destruição da Administração Pública e das funções sociais do Estado, pondo em causa a coesão e o desenvolvimento económico e social do País.

2.2.9.7. Os últimos quatro anos têm sido marcados por um ataque incessante às famílias e ao seu direito à habitação. A nova Lei do Arrendamento, conhecida como Lei dos despejos, representa um atentado às famílias e ao seu direito a uma habitação condigna. A alteração à Lei da Renda Apoiada, impôs novas e agravadas medidas que visam promover a gestão economicista dos parques habitacionais públicos colocando em causa a capacidade de gestão do Poder Local Democrático. A resposta a esta ofensiva impõe o reforço da organização e luta das populações afectadas por estas Leis em defesa do direito à habitação.

2.2.9.8. Registaram-se na Região várias lutas em defesa da cultura e da consignação de 1% para a cultura no Orçamento do Estado.

2.3. As Consequências Económicas, Sociais e Culturais na Península

2.3.1. No plano económico, desde a última Assembleia, a região pesa no PIB nacional 5,6%, ou seja manteve o traço de estagnação que já se verificara na anterior AORS.

2.3.2. Esta situação tem origem em duas causas principais: a ofensiva destruidora do aparelho produtivo na Região levada a cabo por sucessivos governos e a falta de investimento público e privado que compense o encerramento e deslocalização das empresas.

2.3.3. A inversão desta tendência de diminuição gradual e contínua da riqueza por habitante é uma prioridade no plano de desenvolvimento proposto pelo PCP, aumentando o investimento e a qualificação dos trabalhadores.

2.3.4. Na Região entre 2010 e 2014 verificou-se uma redução de centenas de milhões de euros no investimento público, por parte da Administração Central.

2.3.5. Em consequência da destruição do aparelho produtivo e desactivação do tecido económico, desde a última Assembleia registou-se um aumento de 35,4% do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da Península de Setúbal, sendo em Dezembro de 2014, 54.923. Os aumentos mais significativos verificaram-se nos concelhos de Setúbal (45,3%), Seixal (39,7%), Alcochete (38,2%), Almada (37%) e Palmela (35,8%). Em três concelhos (Almada, Seixal e Setúbal) estão concentrados 58,4% dos desempregados inscritos da Península.

2.4. Os Trabalhadores e Suas Organizações de Classe

2.4.1. O Movimento Sindical

2.4.1.1. O Movimento Sindical Unitário e os sindicatos da CGTP-IN, organizados na União dos Sindicatos de Setúbal, constituem a maior organização social de massas na região. A USS/CGTP-IN, estrutura com os seus princípios de organização de massas, unitária de classe, democrática e independente é factor de união e força insubstituível e necessária ao reforço e organização dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

2.4.1.2. A luta da classe operária e dos trabalhadores, unidos em torno das suas estruturas representativas e em particular do movimento sindical unitário e de classe, têm tido um papel determinante na denúncia, resistência e combate e esta política e a este governo.

2.4.1.3. Em consequência do pacto de agressão subscrito pelo PS, PSD e CDS, com a *troika* estrangeira UE, BCE e FMI os resultados estão à vista: destruição de milhares de postos de trabalho, agravamento do desemprego e da elevada precariedade, ataque aos salários e rendimentos, aos direitos laborais e sindicais, à organização do tempo de trabalho e à protecção social.

2.4.1.4. Perante este quadro, cresce o número de trabalhadores que se manifestam contra esta política, como se tem evidenciado nas acções de luta regionais e nacionais realizadas. O

Movimento Sindical Unitário tem encontrado soluções para se renovar e rejuvenescer de forma a melhorar a intervenção nos locais de trabalho, tarefa que ao longo dos últimos 4 anos tem ganho destaque, nomeadamente com a realização do IX Congresso da União de Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, em Setembro de 2012, e nas eleições das estruturas sindicais.

2.4.1.5. Neste contexto, tem assumido particular importância a dinamização da acção sindical integrada, partindo da intervenção regular nos locais de trabalho, identificando os problemas e as reivindicações a desenvolver a partir dos seus interesses de classe, esclarecendo e mobilizando os trabalhadores, incentivando-os a uma atitude mais interventiva, na defesa dos direitos contidos na contratação colectiva e do reforço da Organização Sindical e sindicalização como caminho para ultrapassar debilidades.

2.4.1.6. A acção sindical tem sido determinante para o esclarecimento e a luta dos trabalhadores contra as gravosas alterações ao Código do Trabalho e a entrada em vigor da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas do Governo PSD/CDS, sucedânea da Lei do Regime de Contratos de Trabalho em Funções Públicas do Governo PS (Lei 59/2008). Acção que se tem traduzido na unidade e luta contra o congelamento dos salários, o roubo dos feriados, dos subsídios de férias e de natal, pela reposição das 35h, contra a acção do governo e do patronato em impor a desregulamentação e o aumento do tempo de trabalho, contra os despedimentos, a destruição da contratação colectiva, a imposição de relações individuais, com menos direitos e piores condições de trabalho. Este ataque é transversal e procura instalar a resignação, o conformismo, a arbitrariedade e o medo, e inclui a ofensiva contra as ORT para fragilizar a força colectiva dos trabalhadores.

2.4.1.7. Os trabalhadores têm demonstrado que, com unidade e luta, é possível defender os seus interesses de classe e derrotar os objectivos daqueles que querem impor o retrocesso social.

2.4.1.8. Assim foi com as grandes jornadas de luta que constituíram as comemorações do 1º de Maio em Lisboa e Setúbal e com as greves gerais realizadas a 24 de Novembro de 2011, 22 de Março e 14 de Novembro de 2012 e 27 de Junho de 2013, greves gerais convocadas pela CGTP-IN, além das grandes manifestações realizadas a 11 de Fevereiro e 29 de Setembro de 2012, que encheram o Terreiro do Paço. Foram afirmações da determinação dos trabalhadores em lutar contra as alterações ao Código do Trabalho, a destruição dos vínculos e carreiras na Administração Pública, a redução das remunerações e da retribuição do trabalho extraordinário, a introdução dos bancos de horas, os despedimentos arbitrários e o ataque à contratação colectiva, na continuação da luta contra a exploração e o empobrecimento, o Pacto de Agressão, pela demissão do Governo, a convocação de eleições antecipadas e a mudança de políticas.

2.4.1.9. Afirmação e determinação expressa nas adesões praticamente totais nas Autarquias Locais e na Administração Central, assim como em praticamente todos os sectores de actividade.

2.4.1.10. Ao longo dos últimos 4 anos realizaram-se inúmeras acções de luta das quais se destacam: uma tribuna pública no Barreiro em defesa do polo ferroviário; saídas à rua dos trabalhadores do STAL contra o ataque ao Poder Local Democrático; manifestação em Setúbal contra a extinção das freguesias; vários plenários de sindicatos com saída à rua; concentrações de reformados convocadas pelo MURPI e Inter reformados, contra os cortes nas reformas e pensões; lutas contra o roubo dos feriados. Em 2013 assumiu particular importância, a 19 de Outubro, a Marcha por Abril, as acções de luta a 21 Novembro das Forças de Segurança e ainda “O Dia nacional de indignação, protesto e luta” a 26 de Novembro, dia da votação final do Orçamento de Estado para 2014.

2.4.1.11. Na Administração Pública, a greve nacional a 28 de Novembro e um conjunto de outras acções das quais se destaca a vigília em Belém, que no dia 19 de Dezembro exigiu do Presidente de República o veto do Orçamento, entre muitas outras acções realizadas durante o ano de 2013.

2.4.1.12. Foi neste quadro da concretização do pacto de agressão que a luta dos trabalhadores na região se travou e deu o seu contributo para o isolamento social do governo. Através da dinamização da acção reivindicativa a partir das empresas e locais de trabalho, com a realização de múltiplas acções por empresas e sectores, nomeadamente na Autoeuropa, nas empresas do Parque, na Lisnave, na Visteon e na Amarsul contra a privatização e em defesa do Arsenal do Alfeite entre muitas outras, grandiosas greves gerais e acções de rua, impondo com a luta dos trabalhadores que as consequências da política de direita não fossem ainda mais graves.

2.4.1.13. Em 2014 no momento da vinda da *troika* estrangeira a Portugal, trabalhadores e populações da região participaram na Marcha realizada a 27 de Fevereiro em Lisboa.

2.4.1.14. A 14 de Março os trabalhadores da Administração Local e Central realizaram uma manifestação nacional pelo direito à negociação da contratação colectiva e do horário de trabalho das 35 horas semanais, exigindo a publicação dos acordos de entidade empregadora pública (ACEEP), assinados livremente entre o STAL e as Autarquias Locais. Realizaram-se grandes concentrações de trabalhadores da Administração Local, junto ao Ministério das Finanças durante o mês de Março. No dia 18 de Março, com centenas de trabalhadores de Almada, Moita, Setúbal e Sesimbra e a 20 de Março, em Alcochete, Barreiro, Palmela e Seixal culminando na manifestação nacional convocada pelo STAL a 9 de Maio em Lisboa.

2.4.1.15. As greves e concentrações dos profissionais de saúde identificaram e deram combate aos problemas que põem em causa o funcionamento dos serviços, nomeadamente de urgência, que levam à exaustão e condicionam a capacidade de resposta, à falta de enfermeiros e outros profissionais e à pressão exercida sobre os trabalhadores, ao trabalho precário através da subcontratação e recibos verdes e à aplicação do banco de horas.

2.4.1.16. Na área da educação foram marcantes as várias acções de luta do pessoal docente e não docente em defesa da escola pública de qualidade.

2.4.1.17. Destaca-se o dia 13 de Novembro, “Dia Nacional de Indignação, Acção e Luta”, com greves e paralisações e a Marcha de 21 a 25 de Novembro com a participação dos trabalhadores e das populações da região nas manifestações em Almada e Lisboa no dia 25, dia da votação final do Orçamento do Estado.

2.4.1.18. Neste período em que o desemprego atingiu níveis nunca antes verificados o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) assumiu um importante papel na luta contra este flagelo social. Entre as acções desenvolvidas destacam-se: a marcha contra o desemprego em Outubro de 2012 com acções de rua em Setúbal, Palmela, Moita, Barreiro, Almada e Seixal e várias acções de protesto e esclarecimento dos desempregados nos Centros de Emprego da região.

2.4.1.19. Tem sido intensa a luta, luta que vai continuar a partir dos locais de trabalho e que é essencial para se alcançar a ruptura com a política de direita e pela concretização de uma política patriótica e de esquerda.

2.4.1.20. O papel de intervenção dos comunistas no movimento sindical unitário e nas organizações em geral, resulta no natural reconhecimento, pelos trabalhadores, de que os comunistas agem na defesa firme e coerente dos seus interesses e direitos de classe, um património de confiança que importa preservar e ampliar.

2.4.1.21. Assume também, papel de destaque na intervenção dos comunistas, no movimento

sindical unitário, o reforço das frentes de trabalho específicas. A Inter Jovem no combate à precariedade dos vínculos laborais e pela manutenção dos direitos dos jovens trabalhadores. A Inter Reformados, a partir da U.S. Setúbal e do trabalho dos sindicatos na luta por reivindicações específicas nomeadamente na luta por melhores pensões e reformas, melhor qualidade de vida, pelo direito à mobilidade e acesso ao Serviço Nacional de Saúde. A Comissão de igualdade entre mulheres e homens, na promoção da igualdade de oportunidades e acesso à carreira, em defesa de direitos específicos.

2.4.1.22. Neste quadro os militantes do Partido nas estruturas sindicais devem empenhar-se na defesa da unidade nos locais de trabalho e do carácter unitário e de classe do MSU, da elevação da consciência social e política dos trabalhadores e do funcionamento colectivo como método de trabalho. É fundamental a criação e funcionamento regular dos organismos de membros do Partido que intervêm nas estruturas sindicais.

2.4.1.23. É tarefa fundamental do Partido e células do Partido, incentivar a sindicalização dos seus militantes, a formação e regular funcionamento dos órgãos representativos da empresa e local de trabalho, a participação e intervenção em reuniões de trabalhadores, potenciando o Movimento sindical unitário e o seu contributo para a luta de massas e uma maior intervenção dos seus sindicatos de classe.

2.4.2. O Movimento das Comissões de Trabalhadores

2.4.2.1. As Comissões de Trabalhadores são uma expressão real da capacidade organizativa e unitária dos trabalhadores que a Constituição da República Portuguesa e a legislação laboral consagram.

2.4.2.2. São um importante instrumento democrático nas mãos dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses de classe e para o reforço da sua unidade, em que a cooperação com o movimento sindical unitário tem sido um importante factor para fazer frente à ofensiva do capital nas empresas.

2.4.2.3. O papel e acção das CT e sub-CT têm-se caracterizado por um empenhado combate contra a política de direita, a destruição das empresas, dos postos de trabalho, a retirada de direitos, contra as tentativas dos processos de privatização, as deslocalizações, no exercício do controlo de gestão e contra as tentativas do patronato da sua descaracterização.

2.4.2.4. A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal (CIS) tem tido um papel positivo na intervenção e mobilização nas lutas de massas e coordenação das CT e sub-CT, apesar das dificuldades no funcionamento de algumas CT.

2.4.2.5. Como resultado da destruição do aparelho produtivo e da ofensiva patronal existem hoje CT em menos empresas, mas apesar disso continuam a existir 23 Comissões de Trabalhadores e 10 Sub Comissões, com forte influência das listas unitárias, em particular nas maiores e mais importantes empresas.

2.4.2.6. Apesar das dificuldades, das limitações, dos refluxos qualitativos e quantitativos e das novas realidades, em várias empresas que determinam soluções diferenciadas, os trabalhadores comunistas eleitos para as comissões de trabalhadores devem orientar a sua acção nas seguintes direcções:

2.4.2.6.1. A defesa das características unitárias do Movimento das CT e sub-CT e o aprofundamento da cooperação com o Movimento Sindical Unitário;

2.4.2.6.2. O exercício do direito de participação, intervenção efectiva no controlo de gestão e a dinamização de eleições de novas CT;

2.4.2.6.3. O reforço da intervenção da Comissão Coordenadora junto das CT e sub-CT, de forma a incentivar a sua intervenção nos locais de trabalho, junto da classe operária e de

todos os trabalhadores e melhorar a informação e o trabalho de esclarecimento;

2.4.2.6.4. Os comunistas devem assumir um papel activo na defesa das características unitárias do Movimento das Comissões de Trabalhadores tanto na sua composição como na sua acção em coordenação com o Movimento Sindical Unitário nas acções reivindicativas e de massas.

2.5. Outras Organizações de Massas e Camadas Sociais

2.5.1. O Movimento dos Pequenos e Médios Agricultores

2.5.1.1. É um imperativo nacional pôr o país a produzir, o que significa romper com o actual estado a que a nossa agricultura foi conduzida. No plano da Comunidade Europeia é imperioso também que se rompa com a actual PAC 2014-2020 e se lute por uma política agrícola que respeite e apoie as especificidades de cada país membro, nomeadamente a agricultura familiar.

2.5.1.2. Entre outras medidas, é necessário que se garanta aos agricultores; o escoamento da produção; um rendimento estável e adequado como condição para a inversão do êxodo rural; condições para produzir produtos agrícolas saudáveis e seguros a preços acessíveis; a redução das disparidades regionais em matéria de desenvolvimento; que as ajudas directas estejam sempre ligadas à produção; que consagrem a agricultura familiar e os mercados locais e regionais como estratégicos do ponto de vista económico, social e ambiental.

2.5.1.3. Num outro plano, a comercialização da produção agrícola não pode estar sujeita à especulação das grandes cadeias de distribuição alimentar e ao criminoso dumping que é praticado, à utilização da alimentação como uma arma de arremesso político contra os povos, para servir os interesses dos grandes grupos económicos. O que impõe uma nova legislação para a criação de organizações de produtores adequadas à especificidade da agricultura familiar.

2.5.1.4. Nos últimos 4 anos desenvolveu-se na região um conjunto de lutas, em torno da organização de classe, a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, de que se destacam:

2.5.1.4.1. As Marchas e acções de protesto pela exigência da anulação da nova Lei Fiscal Agrícola, o preço da batata, os prejuízos na vinha derivados de pragas. Os encontros em defesa da maçã riscadinha e da Vinha e do Vinho. A participação em torno da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) nas grandes manifestações nacionais e no Congresso da CNA pela exigência de outras políticas nacionais e europeias.

2.5.1.5. No plano do Partido, o funcionamento da Comissão Regional de Agricultura, independentemente das suas dificuldades, tem acompanhado os problemas do sector, procurando, sempre que necessário e de acordo com as condições criadas, encaminhar para acções reivindicativas e de luta em defesa dos legítimos interesses dos agricultores da Região.

2.5.1.5.1. O aumento de influência do Partido junto dos que fazem produzir a terra com o importante peso económico e social na região, que demonstram todos os dias que por aqui também é possível pôr “Portugal a Produzir”, impõe que se reforce o papel da Comissão de Agricultura, encontrando mais quadros, nomeadamente agricultores e técnicos, para aprofundar e desenvolver a intervenção do Partido no seio dos agricultores, consciencializando-os de que o caminho é a luta por uma política patriótica e de esquerda

2.5.2. O Movimento dos Pescadores

2.5.2.1. Os últimos quatro anos caracterizaram-se pelo aprofundamento dos problemas no sector das pescas. O PCP tem apoiado os pescadores e as suas estruturas representativas e o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul nas acções reivindicativas e de luta na defesa do sector.

2.5.2.2. Parar o desmantelamento da frota existente e exigir uma linha de crédito para a sua renovação e melhoramentos das embarcações;

2.5.2.3. Exigir que o Fundo de Compensação Salarial abranja as paragens biológicas, as paragens impostas pela realização de práticas militares, de prospecção de gás, de petróleo e outras. Fundo que deve ser pago a partir do primeiro dia de paragem;

2.5.2.4. Garantir o preço mínimo na primeira venda em lota, dando combate à especulação que penaliza tanto o pescador como o consumidor final;

2.5.2.5. Melhorar as condições de segurança a bordo e das barras e portos;

2.5.2.6. Exigir o subsídio para a gasolina, importante para o aumento da potência dos motores e para a segurança.

2.5.2.7. Sesimbra e Setúbal continuam a ser penalizados pelo Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, cuja revisão é urgente e tem vindo a ser reclamada desde há muito tempo, pelos pescadores, pelas populações e pelas autarquias locais. O PCP já apresentou Projectos de Resolução na Assembleia da República, alguns foram aprovados por unanimidade, mas têm sido ignorados pelos sucessivos governos.

2.5.2.8. São necessários investimentos nos Portos de Setúbal e Sesimbra e também na Fonte da Telha, Costa da Caparica e Estuário do Tejo, para a defesa da pesca artesanal na região, tendo em conta o seu importante peso económico e social.

2.5.2.9. Lutar pela construção de um Porto de Abrigo na Cova do Vapor/Trafaria, reivindicado desde há muito pelos pescadores e já proposto pelo PCP em diversos orçamentos do Estado mas recusado pelos governos do PS, PSD e CDS.

2.5.2.10. No Sector dos Mariscadores em actividade, no Estuário do Tejo, é indispensável encontrar soluções para permitir a captura e a comercialização de bivalves, nomeadamente a ameijoas não só para pôr fim à especulação e perseguição existentes, mas para permitir e defender o sustento de muitas famílias. Para o desenvolvimento desta actividade é ainda importante a criação de uma depuradora pública na Região.

2.5.2.11. O Partido tem intervindo de forma regular sobre o sector da pesca na região, nomeadamente através das nossas posições institucionais, nas Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu. É necessário reactivar a comissão regional das pescas e as células dos pescadores.

2.5.3. O Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos

2.5.3.1. Na Península de Setúbal existem dezenas de Comissões de Utentes, em particular de serviços de saúde e de transporte que, com a sua intervenção e acção, têm assumido um papel fundamental na denúncia e na luta contra a destruição dos Serviços Públicos, mobilizando os utentes e as populações para acções diversas.

2.5.3.2. As Comissões de Utentes revelaram neste período uma grande dinâmica e capacidade de mobilização de massas, maior na área da Saúde, mas também na defesa de outros serviços públicos. São de destacar as lutas pela construção do Hospital no concelho do Seixal, pela construção do novo Hospital Montijo/Alcochete e contra o esvaziamento do actual hospital do Montijo, os encerramentos de vários serviços de saúde de proximidade, o

encerramento de valências e serviços no no Centro Hospitalar Barreiro/ Montijo, no Hospital Garcia de Orta e no Hospital de São Bernardo, contra a falta de profissionais de saúde em vários concelhos da região e pela construção dos centros de saúde da Aldeia de Paio Pires, Alto Seixalinho, Baixa da Banheira, Corroios, Feijó, Montijo, Pinhal Novo, Quinta do Conde e Sesimbra, Santo António da Charneca e Verderena.

2.5.3.3. No sector dos Transportes, regista-se a persistente acção da Comissão de Utentes da Linha do Sado, da Comissão de Utentes do Cais do Seixalinho no Montijo e da Comissão de Utentes dos Transportes da Margem Sul, que levaram a cabo nestes últimos anos diversas acções contra a ameaça de privatizações, o aumento dos preços e o corte de carreiras.

2.5.3.4. Também no sector das Comunicações foram realizadas inúmeras acções das populações contra o encerramento de postos dos CTT em diversos concelhos da região.

2.5.3.5. Registam-se igualmente várias acções de protesto contra a degradação dos Tribunais, nomeadamente no Seixal e na Moita, com a participação das delegações locais da Ordem dos Advogados, das Autarquias Locais e das populações.

2.5.3.6. Valoriza-se a criação da Plataforma Regional em Defesa dos Transportes Públicos e da Plataforma "Península de Setúbal em Defesa do SNS", estruturas que agregam Comissões de Utentes, Autarquias Locais, Sindicatos, entre outras, e que assumem posições comuns de repúdio às políticas de direita e de defesa dos Serviços Públicos. Importa, no entanto continuar a potenciar a intervenção destas plataformas unitárias, no sentido da sua acção e luta contra a ofensiva em curso, em defesa dos direitos das populações e dos Serviços Públicos.

2.5.3.7. Estes movimentos, em torno de objectivos concretos, devem assentar a sua acção, por um lado no respeito pelo carácter unitário e amplo das suas estruturas, procurando envolver mais utentes, e por outro, numa forte linha de intervenção e acção de massas.

2.5.3.8. O MUSP - Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos - para além da sua actividade própria, tem como objectivo a agregação e dinamização dos vários movimentos existentes, procurando incentivar e ajudar à actividade de cada uma das Comissões, tarefa que nem sempre tem estado ao nível das necessidades e potencialidades. O objectivo da criação e funcionamento regular do Núcleo Regional do MUSP na Península de Setúbal poderá ser um elemento importante para o alargamento da influência, actividade e cumprimento dos objectivos do MUSP na região.

2.5.4. A Luta Contra a Extinção das Freguesias

2.5.4.1 Em consequência da extinção forçada de freguesias imposta pela maioria PSD /CDS com o apoio do PS, o número de freguesias passou de 57 para 37. Com excepção de Alcochete e Sesimbra, todos os concelhos ficaram amputados devido a este ataque brutal ao poder local democrático previsto no pacto de agressão das troikas. As consequências são evidentes: empobrecimento da democracia, maiores dificuldades na ligação dos eleitos às populações, nomeadamente pela redução significativa de membros nos executivos; criando dificuldades à organização da prestação do serviço público.

2.5.4.2 Na região, desenvolveu-se logo a partir de 2011 um vasto movimento de protesto e luta contra a extinção de freguesias, envolvendo populações, trabalhadores das freguesias, eleitos, movimento associativo popular, etc. A par de moções, abaixo-assinados, sessões públicas e acções de rua diversas, destaca-se a grandiosa manifestação nacional de 31 de Março de 2012, em Lisboa, e a manifestação distrital em Setúbal no dia 27 de Outubro de 2013.

2.5.4.3 O PCP continua a defender a restituição das freguesias ao povo, tendo já apresentado na Assembleia da República, um conjunto de projectos-lei com esse objectivo,

linha de trabalho que manterá.

2.5.5. O Movimento Associativo, Cultura, Recreio e Desporto

2.5.5.1. O Movimento Associativo de Cultura, Recreio e Desporto, na Península de Setúbal, conta com mais de 790 colectividades, clubes e associações, envolvendo muitas dezenas de milhares de associados e milhares de dirigentes, com uma grande capacidade realizadora nomeadamente na vida cultural e desportiva, assumindo uma enorme importância social e política na nossa região e com forte tradição democrática.

2.5.5.2. Um Movimento que se mantém pujante, apesar de ser profundamente afectado pela política de direita desenvolvida por sucessivos governos, demonstrada na clara falta de apoio aos seus projectos e actividades e nos entraves técnico legal que crescentemente vêm sendo colocados à sua acção.

2.5.5.3. Sentem-se ainda, de forma muito intensa na vida e funcionamento das suas estruturas, as crescentes dificuldades económicas e sociais com que se defrontam a maioria dos portugueses e que estão na base do aumento das dificuldades de participação e disponibilidade dos dirigentes associativos para a vida associativa.

2.5.5.4. A Federação Distrital das Colectividades e as Associações Concelhias de Colectividades na região, em conjunto com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, têm servido como uma plataforma para a conjugação de esforços em torno de projectos regionais e nacionais do Movimento Associativo, com um potencial longe de estar desenvolvido.

2.5.5.5. Na Península participam no Movimento Associativo um conjunto alargado de quadros do Partido, cujo enquadramento importa melhorar, para podermos agir no reforço da influência e força do Movimento Associativo, enquanto estrutura popular e de massas.

2.5.5.6. Impõe-se melhorar o funcionamento das estruturas partidárias existentes e criar outras, sendo necessário adaptá-las e aproximá-las da realidade do movimento associativo.

2.5.5.6.1. Apoiar e enquadrar colectivamente os militantes comunistas inseridos nas diversas estruturas associativas, mantendo não só um claro conhecimento da sua intervenção como procurando desenvolver e apoiar esse trabalho.

2.5.5.6.2. Discutir com regularidade nas organizações do Partido, não só a acção do Movimento Associativo e o papel e intervenção dos comunistas, mas fundamentalmente a ligação do Partido às massas.

2.5.6. A Juventude, o Movimento Juvenil e a JCP

2.5.6.1. A juventude está confrontada em termos regionais e nacionais com os resultados devastadores da política de direita. A profunda ofensiva ideológica procura incutir o conformismo, o individualismo e a falsa inexistência de alternativa, com o objectivo de impedir o reforço da luta organizada.

2.5.6.2. A Educação é um direito universal e compete ao Estado a sua efectivação, os sucessivos governos, contrariando esta premissa e servindo os interesses do grande capital têm levado a cabo uma linha de privatização e elitização, afastando amplas camadas da juventude dos mais elevados graus de conhecimento. Reflexo desta acção é o grave desinvestimento na Educação, que se verifica em várias escolas da região de que são graves exemplos as Escolas Secundárias João de Barros, no Seixal, a Jorge Peixinho no Montijo ou a do Monte de Caparica. Também é visível e preocupante nas escolas da região a orientação geral da profissionalização do ensino, abrindo cada vez mais cursos profissionais desadequados da realidade do mercado de trabalho com o claro objectivo de empurrar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho de mão-de-obra barata e mais facilmente

explorável.

2.5.6.3. Os estudantes do Ensino Superior da região de Setúbal também sofrem com a política de desinvestimento neste sector. A existência de propinas, a degradação da acção social escolar, bolsas e cantinas insuficientes ou residências inexistentes como acontece no polo do IPS no Barreiro; a degradação e a falta de material como acontece na EST-IPS e na ESE-IPS; o encerramento de cursos superiores, resultado das orientações mercantilistas do processo de Bolonha, como tem lugar no IPS.

2.5.6.4. A realidade dos jovens trabalhadores é marcada pelo desemprego, baixos salários, incerteza e instabilidade impostas pela precariedade, com o recurso a recibos verdes, com a eternização de contractos de um mês, uma semana ou mesmo uma hora. Situação que leva a que cada vez mais jovens emigrem.

2.5.6.5. Também no plano do acesso à cultura, ao lazer, ao desporto e à habitação, a falta de financiamento e apoio do Estado comprometem a vida da juventude, situação agravada pelo anunciado fim do desporto escolar e do fim do Incentivo ao Arrendamento Jovem, substituído pela Porta 65, que é ainda mais insuficiente e altamente burocrático.

2.5.6.6. É ainda significativo o ataque ao movimento associativo juvenil, não só por via da actual Lei do Associativismo Juvenil, como pela Portaria que define as regras do seu financiamento, que tem colocado acrescidas dificuldades às diversas associações.

2.5.6.7. A luta da juventude pela educação, pelo emprego, pela saúde, pela habitação, pela paz e a solidariedade internacionalista e pelos seus mais vastos direitos, tem sempre contado com o papel insubstituível da JCP na sua dinamização e reforço.

2.5.6.8. O relacionamento entre o PCP e a JCP desenvolve-se no quadro dos Estatutos do PCP e dos Princípios Orgânicos da JCP, tendo expressões muito diversificadas aos vários níveis, baseando-se no respeito pela autonomia e capacidade de decisão e acção própria da JCP, sempre numa perspectiva de articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho. Ao longo destes anos a experiência demonstrou que a JCP desempenha um papel insubstituível de ligação do PCP à juventude.

2.5.6.9. No âmbito da acção de reforço da organização do Partido temos vindo a avançar com a responsabilização e promoção de quadros jovens para os organismos do Partido aos vários níveis. O objectivo de aumentar a influência do Partido junto da juventude implica, a par do apoio à dinamização da JCP, a tomada de medidas específicas que se traduzam num plano de trabalho concreto dirigido aos jovens da Região, nomeadamente às grandes concentrações de jovens e em especial operários.

2.5.7. O Movimento das Mulheres

2.5.7.1. Nos últimos quatro anos, o aprofundamento da política de direita, com alterações para pior à legislação laboral e a desresponsabilização do Estado em relação às funções sociais, agudizou problemas e dificuldades da vida das mulheres e originaram retrocessos no seu processo emancipador.

2.5.7.2. No sector público, o aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas semanais, o processo de “requalificação”, os despedimentos nos vários sectores profissionais, o desemprego, a precariedade, o congelamento de carreiras, os cortes salariais e os baixos salários, a falta de autonomia financeira, são problemas que afectam particularmente as mulheres.

2.5.7.3. No sector privado, o alargamento do horário de funcionamento ao domingo das grandes superfícies comerciais, bem como a desregulação de horários, os bancos de horas e o aumento dos ritmos de trabalho são causas de pesado impacto negativo na vida pessoal e

familiar, com particular incidência nas mulheres, considerando que continuam a ser quem mais horas dedica ao trabalho doméstico e ao apoio familiar.

2.5.7.4. O recurso massivo à contratação através de empresas de trabalho temporário é, por um lado o reflexo do aumento da exploração, e por outro o aproveitamento de mão-de-obra sem direitos mínimos num sector em que, na região, trabalham largas centenas de mulheres. O elevado número de falências de pequenas empresas, nomeadamente de comércio e serviços, atira muitas mulheres para o desemprego de longa duração.

2.5.7.5. As mulheres reformadas, pensionistas e idosas constituem uma camada muito fragilizada, considerando que, em média, fruto de discriminações salariais directas e indirectas ao longo de uma vida inteira de trabalho, auferem prestações sociais inferiores às dos homens com excepção de algumas profissões na função pública e privada de quadros técnicos superiores.

2.5.7.6. Com a precariedade e a instabilidade as mulheres jovens têm a sua vida cada vez mais adiada. A crescente ofensiva contra a função social da maternidade/paternidade e o desrespeito pelos direitos consagrados na legislação tornam-se verdadeiros obstáculos à decisão de ter filhos, adiando-a cada vez mais.

2.5.7.7. Este período de agudização da exploração e a ofensiva contra os direitos das mulheres tem tido uma resposta da sua parte que se revela na crescente participação tanto nas grandes jornadas de luta, como na multiplicação de acções reivindicativas nos locais de trabalho, quer por acção do Movimento Sindical Unitário, quer a partir da acção do Movimento Democrático das Mulheres ou de acções conjuntas.

2.5.7.8. As violências de natureza diversa exercidas sobre as mulheres no trabalho e na família, nomeadamente os maus tratos físicos e psicológicos, a exclusão social e a pobreza que as tem castigado mas, também, a sua predisposição para a luta contra todas as violações dos seus direitos, deve levar as organizações do Partido a debruçarem-se mais sobre estes problemas, identificando as múltiplas razões e consequências, equacionando e propondo as soluções, e acompanhando a acção unitária do movimento de mulheres nas suas diferentes expressões.

2.5.7.9. É necessário responsabilizar mais quadros e intensificar o reforço da intervenção do Partido junto desta força. Reforço que carece de maior conhecimento de situações concretas, mas também de maior capacidade de resposta à ofensiva ideológica que incide muito particularmente sobre a questão das mulheres e seus direitos. O Congresso do MDM realizado em Outubro de 2014 teve a participação de um grande número de mulheres da região e revelou muitas potencialidades que importa capitalizar.

2.5.8. O Movimento dos Reformados

2.5.8.1. Cerca de um quarto da população da Região é composta por reformados, pensionistas e idosos.

2.5.8.2. A força social e política, a capacidade de organização e mobilização que caracterizam o movimento dos reformados, resultam da realidade do 25 de Abril, mas também do apoio do Poder Local Democrático e do Movimento Sindical Unitário que têm contribuído para a implantação deste movimento.

2.5.8.3. A política de direita, no entanto, avançou consideravelmente na instrumentalização de algumas das associações de reformados, transformando-as quase na totalidade em prestadoras de serviços, em substituição das estruturas que o Estado deve assumir directamente. Sendo certo que a assunção de valências de acção social corresponde a anseios e pretende resolver problemas de milhares de reformados, pensionistas e idosos.

2.5.8.4. Reconhecendo o trabalho empenhado e solidário de muitos dirigentes das associações de reformados, é essencial clarificar que esta situação condiciona o seu campo de acção reivindicativa e a sua autonomia. A resolução dos problemas com que esta camada social se debate e a criação de condições para uma vida digna, com qualidade, só se atinge com a ruptura com a política de direita, através da luta.

2.5.8.5. A profunda ofensiva desenvolvida contra os reformados, pensionistas e idosos, resultante do ataque a direitos específicos e não só, do roubo de parte das reformas e pensões, do encerramento de centros de saúde, serviços da Segurança Social, Finanças e outros, aumento do custo dos transportes públicos e redução da sua oferta, do aumento brutal das rendas apoiadas e da lei do arrendamento, entre outras, tem tido da parte do Partido uma resposta organizada e conseqüente que importa melhorar.

2.5.8.6. A dinamização da vertente reivindicativa do movimento de reformados na Península de Setúbal congregada em torno do Movimento Unitário de Reformados - MURPI -, da sua estrutura distrital, das associações de reformados, bem como do trabalho no âmbito da Inter Reformados com intervenção específica a partir da U.S. de Setúbal e dos Sindicatos, é uma necessidade a que importa dar resposta, para impedir a aplicação de medidas que agravem de forma brutal as condições de vida desta camada.

2.5.8.7. No sentido do reforço da intervenção do Partido junto dos reformados, coloca-se como prioridade a responsabilização de quadros em cada organização de freguesia e concelhia por esta área de trabalho, a estruturação com vista a constituição de células de reformados, em articulação com a coordenação a nível regional.

2.5.9. O Movimento dos Micro, Pequenos e Médios Empresários

2.5.9.1. O tecido empresarial da região é composto fundamentalmente por Micro, Pequenas e Médias Empresas, 96,5% são micro empresas (de 1 a 9 trabalhadores e 2 milhões de euros de facturação), 2,7% são pequenas (de 10 a 49 trabalhadores e 10 milhões de euros de facturação) 0,6% são médias (de 50 a 250 trabalhadores e 50 milhões de euros de facturação) e as grandes empresas com mais de 250 trabalhadores representam menos de 0,2%.

2.5.9.2. Daqui se infere que as MPME são efectivamente, dadas as suas características sociais, muito importantes para a economia e o desenvolvimento regional.

2.5.9.3. O Governo elegeu como alvos a abater, os Micro, Pequenos e Médios Empresários, apoiando e desenvolvendo uma estratégia de concentração e acumulação de riqueza nos grandes grupos económicos e na banca, visando dominar todos os ramos de actividade económica.

2.5.9.4. As micro, pequenas e médias empresas estão confrontadas com problemas decorrentes da política de favorecimento ao grande capital, da injusta política fiscal, da perda do poder de compra dos portugueses, do favorecimento por parte dos sucessivos governos da instalação de grandes superfícies comerciais e da restrição do acesso ao crédito bancário.

2.5.9.5. Com o desenvolvimento desta política, centenas de pequenos empresários têm fechado as suas portas, umas vezes em silêncio, outras pela insolvência inevitável da sua empresa, de que resulta a destruição de milhares de postos de trabalho.

2.5.9.6. Tem constituído factor de mobilização dos MPME's a luta:

2.5.9.6.1. Pela extinção do pagamento especial por conta (PEC) a par de um regime simplificado de tributação com taxas diferenciadas, de acordo com coeficientes técnicos e científicos, a baixa do IVA e a redução para 13% do IVA na restauração, o IVA de caixa a sua entrega após a boa cobrança, o regresso do escalão mínimo, 6% no IVA de energia e gás e a criação de linhas de crédito da CGD para apoio às MPME;

2.5.9.6.2. Pela ruptura com a actual política de favorecimento dos grupos económicos, por uma política adequada à realidade da economia portuguesa por forma a dinamizar o mercado interno, apostando na produção de cariz nacional, que passe por discriminar pela positiva e não pela negativa as Micro, Pequenas e Médias Empresas.

2.5.9.7. Na região tem vindo a registar-se nos últimos anos nas fileiras do Partido um crescimento de micro pequenos e médios empresários. O que não está desligado da importância política deste sector, dos processos económicos e sociais que o atravessam, do seu relevante peso económico e social, que tornam possível a evolução da sua consciência de oposição ao capital monopolista, bem como o reconhecimento do papel do PCP na defesa dos seus interesses e resolução dos seus problemas.

2.5.9.8. A nível do Partido, são linhas de trabalho a prosseguir: o funcionamento regular da Comissão Regional, com tomadas de posição de denúncia e esclarecimento, debates sobre os problemas que afectam os MPME, a mobilização para a participação na luta contra a política de direita e o acompanhamento das associações.

2.5.9.8.1. Para reforçar mais o Partido nesta frente, urge criar organismos concelhios, e concretizar a responsabilização de camaradas ao nível das Comissões Concelhias.

2.5.9.8.2. A intervenção dos militantes comunistas que são empresários é fundamental para reforçarem as suas estruturas representativas. É necessário ir mais longe na compreensão de que só reforçando o seu envolvimento no Movimento do sector, e na vida das Associações, será possível reforçar a sua luta.

2.5.10. O Movimento Cooperativo

2.5.10.1. O agravamento da situação económica e o seu reflexo na vida dos cidadãos está hoje cada vez mais na razão directa da já prolongada tentativa de adulteração do estatuto institucional do Movimento Cooperativo. Estrutura que continua sem aceder em pleno a direitos como o crédito ou o auxílio técnico e à promoção do estatuto e dos valores cooperativos de onde deveria decorrer um apoio preferencial em termos de fundos comunitários, questão que os deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu não deixaram de colocar em várias iniciativas.

2.5.10.2. Na Região de Setúbal, as cooperativas de consumo particular a Pluricoop, e as de habitação, filiadas na UCHEDES, são aquelas cuja visibilidade social é mais patente e por isso mesmo aquelas que no actual momento travam uma luta de resistência cujo desfecho, a não inverter-se a curto prazo o quadro político, pode saldar-se pelo seu desaparecimento.

2.5.10.3. Quanto à Pluricoop, é de valorizar a reabertura de lojas no decorrer dos últimos meses, não obstante os ataques a que está sujeita. Também as Cooperativas de construção, produção, pescas, ensino, apoio social, atravessam idênticas dificuldades, sendo que na aérea da cultura, mas não exclusiva dela, uma visão mercantilista animada pelas estruturas do Estado continua a pôr em causa a própria liberdade de criação e a real fruição das artes por parte do público.

2.5.11. O Movimento de Resistência Anti-fascista

2.5.11.1. Recrudesce a ofensiva imperialista contra direitos dos trabalhadores e a soberania dos povos, visando intensificar a exploração, impor uma brutal regressão social de dimensão histórica e levar a cabo a recolonização de várias regiões do mundo.

2.5.11.2. É neste contexto que surge o revanchismo neofascista na agenda imperialista, de que a Ucrânia é o exemplo mais evidente e dramático.

2.5.11.3. O fascismo não deve ser entendido como coisa do passado e um fenómeno episódico. As expressões mais ou menos virulentas do fascismo têm a ver com o agudizar

das crises do capitalismo, terreno em que a benevolência, a impunidade e mesmo a cumplicidade de que gozam por parte dos poderes instituídos é flagrante, em contraste com as acções repressivas contra manifestações populares de combate à política de direita.

2.5.11.4. Os sentimentos antifascistas em Portugal, e em especial na nossa região, continuam muito vivos. A palavra de ordem “Fascismo Nunca Mais” e “25 de Abril Sempre”, continua a ter enorme adesão. O barrar do caminho ao fascismo exige medidas práticas que ataquem as suas causas: a política de direita, o poder dos grandes grupos económicos e financeiros, a crise económica e social.

2.5.11.5. A luta pelos ideais de Abril e a defesa do exercício das liberdades democráticas, promovida pela delegação de Setúbal e Palmela e pelos núcleos de Almada, Barreiro, Moita, Seixal da URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses), devem ser valorizadas e a sua acção alargada a outros concelhos.

2.5.11.6. Importa prosseguir as acções de esclarecimento de crianças e jovens nas escolas básicas e secundárias, sobre a luta e a resistência antifascista, a Revolução de Abril e suas conquistas, os direitos cívicos e políticos e o combate ao branqueamento do regime fascista. Neste quadro, tem importância especial pelo conteúdo oportunidade e dimensão de massas, as iniciativas promovidas pela URAP na região a quando da passagem da Tocha da Liberdade e da Paz assinalando o 70º aniversário da vitória sobre o nazi - fascismo.

2.5.11.7. O trabalho do Partido em defesa das liberdades políticas deve ser reforçado e tornado mais constante quanto ao esclarecimento e ao protesto sempre que as limitações ao exercício dos direitos estejam em causa.

2.5.12. O Movimento da Paz e da Solidariedade

2.5.12.1. Num Mundo onde a ofensiva imperialista se acentua e generaliza e decorridos cinco anos após o acolhimento pelos governantes do PS e de toda a direita da Cimeira da NATO que definiu “um novo conceito estratégico” mais ameaçador para os povos de todo o globo, no quadro geral da manipulação, controlo e esvaziamento da ONU e, em Portugal, no desrespeito da Constituição da República, o movimento da paz e da solidariedade não deixou de registar, nos últimos anos e em praticamente toda a Península, um reforço e alargamento.

2.5.12.2. Uma relevante e diversificada intervenção expressa em mais de 90 iniciativas promovidas por diferentes associações e movimentos nomeadamente o CPPC, União dos Sindicatos de Setúbal, Associação de Amizade Portugal Cuba, O Movimento Democrático das Mulheres, a União dos Resistentes Antifascistas, os Pioneiros de Portugal, as Autarquias Locais, com iniciativas que vão desde a solidariedade com Cuba socialista, a revolução bolivariana, bem como com os povos palestino e saharauí.

2.5.12.3. Sublinha-se ainda a evocação em Sesimbra em 2014, dos 30 anos passados sobre o quarto encontro das Comissões de Paz do Distrito no quadro do Movimento das Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN).

2.5.12.4. O PCP realizou entre outras iniciativas uma exposição para assinalar os setenta e cinco anos do bombardeamento franco-nazi da cidade espanhola Guernica, que esteve patente no Seixal e em Setúbal, um almoço debate com imigrantes ucranianos e russos sobre a desestabilização da Europa Central, no Pinhal Novo e com a JCP uma sessão de solidariedade com a Revolução Bolivariana em Almada.

2.5.13. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

2.5.13.1. Na península de Setúbal existem mais de uma centena e meia de IPSS com intervenção nas áreas da infância, juventude, mulheres em risco e idosos, as Santas Casas da Misericórdia e as associações de reformados sofreram os efeitos de uma menor

comparticipação por parte da segurança social, por um lado mas sobretudo pela cada vez mais difícil situação económica e social das famílias que levou a que neste período se verificassem situações de desequilíbrio financeiro por parte da generalidade destas instituições, pondo assim em causa o papel que elas desempenham nas suas áreas de intervenção.

2.5.13.2. Num quadro em que ao Poder Local Democrático tem sido retiradas verbas pelo não sucessivo cumprimento da Lei das Finanças Locais, no entanto têm sido as Autarquias que na Região têm contribuído com investimento na construção e conservação dos equipamentos existentes.

2.5.13.3. A intervenção generosa de dirigentes, de trabalhadores e de activistas destas instituições contrasta com o objectivo do governo para que estas se assumam como “almofadas sociais” das políticas públicas assistencialistas e caritativas.

2.5.13.4. No plano da Península e em cada concelho, o Partido deve acompanhar de forma mais efectiva esta área de trabalho, o que passa por um mais rigoroso conhecimento e por organizar os membros do Partido que intervêm nestas estruturas, possibilitando assim criar condições para a resolução dos problemas existentes e atacar através da luta as causas que estão na origem das dificuldades de milhares de pessoas.

2.5.14. O Movimento das Pessoas com Deficiência

2.5.14.1. A política de direita desenvolvida pelo PS, PSD e CDS que há décadas tem provocado um profundo agravamento das injustiças sociais, da pobreza, retrocessos nos direitos e garantias de grande maioria da população, não podia deixar de ter consequências ainda mais graves nos cidadãos com deficiência e suas famílias expressas em cortes nos apoios médicos, técnico e económicos.

2.5.14.2. Esta política, pela sua natureza de classe e objectivos, é contrária à construção de uma sociedade inclusiva dos cidadãos com deficiência como o demonstra a existência de centenas de pessoas com deficiência profunda que recebem prestações insuficientes para assistência de 3.ª pessoa.

2.5.14.3. Não é de caridade que as pessoas com deficiência necessitam, mas sim do reconhecimento dos seus direitos, do respeito e da solidariedade e do apoio das estruturas governamentais.

2.5.14.4. Foi com base nestes princípios que foram criadas muitas associações que hoje perduram e que os comunistas inseridos nas mesmas devem dinamizar.

2.5.14.5. Também nesta frente é na intervenção e na luta que as pessoas com deficiência e as suas famílias melhor defenderão os seus direitos, interesses e aspirações.

2.5.14.6. As pessoas com deficiência na Península de Setúbal, organizam-se e agrupam-se em torno de várias dezenas de instituições e associações como sejam as CERCIS, APPACDM, ANST, ADFA, APCAS de entre muitas outras.

2.5.14.7. A nível nacional a Confederação Nacional das Organizações de Deficientes (CNOD) representa a quase totalidade das diversas associações.

2.5.14.7.1. A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) tem importante expressão na região, com uma Delegação Distrital a funcionar no Barreiro e delegações concelhias no Seixal.

2.5.14.8. As autarquias locais, em ligação com as associações e instituições existentes na região têm dentro das suas competências, cooperado e agido para a solução de muitos dos problemas com que pessoas e associações se confrontam.

2.5.14.9. No plano da organização do Partido importa:

2.5.14.9.1. Aprofundar o conhecimento dos problemas com que se confrontam as instituições das pessoas com deficiência existentes na região;

2.5.14.9.2. Regularizar o funcionamento da coordenadora regional do Partido para a área das pessoas com deficiência e criar organismos para integrar os camaradas que intervêm na diferentes instituições;

2.5.14.9.3. Contribuir para a dinamização do movimento das pessoas com deficiência tendo como objectivo a defesa dos seus legítimos interesses, intervindo e lutando em conjunto com os outros trabalhadores e o povo, dando-lhe maior expressão pública.

2.5.15. O Movimento dos Imigrantes

2.5.15.1. No quadro de aprofundamento da recessão económica, de desinvestimento e de destruição do aparelho produtivo, uma parte dos imigrantes estão a sair de Portugal, procurando trabalho noutros países ou regressando aos seus países de origem.

2.5.15.2. Segundo dados oficiais existiam em 2013 no distrito 41.711 imigrantes (menos 5,6% face ao ano anterior), dos quais apenas 2529 estariam recenseados. No entanto, o número de imigrantes a viver em Portugal é bastante superior, tendo em conta que os dados oficiais não contabilizam milhares de imigrantes sem documentos, considerados pelos sucessivos governos como ilegais, sujeitos a expulsão sumária do nosso país.

2.5.15.3. A percentagem de trabalhadores imigrantes com vínculo de trabalho precário é enorme, os horários e as condições de trabalho são desumanas e muitas vezes ilegais. Os seus salários, são em média inferiores aos dos restantes trabalhadores e calcula-se que a taxa de desemprego entre a população imigrante se situe hoje em 26%.

2.5.15.4. Neste quadro de agravamento e deterioração da situação económica e social, aprofundam-se as condições para a promoção e intensificação de sentimentos racistas e xenófobos na sociedade. Torna-se ainda mais necessária a intervenção e a luta das Associações de Imigrantes e do Movimento Anti-Racista.

2.5.15.5. O Movimento Associativo de Imigrantes, que conta com mais de uma dezena de Associações na nossa Região, tem-se revelado importante para a afirmação e valorização da diversidade étnica, cultural e social das comunidades imigrantes e no apoio à sua integração na sociedade. A fragilidade destas Associações resultante da carência de meios próprios, da falta de apoios públicos e da dispersão que as caracteriza, expõe-nas a tentativas de enfraquecimento e manipulação, preocupação a que devemos dar atenção.

2.5.15.6. A FAR - Frente Anti-Racista - pelas suas características é uma estrutura privilegiada no combate ao racismo e à xenofobia e espaço de intervenção e agregação de imigrantes. O reforço da sua ligação com diversas comunidades e Associações de Imigrantes, é um objectivo que importa incentivar.

2.5.15.7. Os números e características sócio-económicas da comunidade imigrante demonstram a sua importância política, justificando e exigindo que as organizações do Partido conheçam melhor, acompanhem e intervenham mais sobre esta realidade.

2.5.15.8. O PCP luta pela plena legalização da situação de todos os imigrantes, dando combate à precariedade, ao trabalho sem direitos e às redes de tráfico e das que exploram a condição de trabalhadores imigrantes clandestinos e de mulheres. Defendemos a plena igualdade de direitos para todos os trabalhadores, nacionais ou estrangeiros, ao trabalho e a um salário digno, à saúde, à segurança social - para a qual os imigrantes contribuem com saldo amplamente positivo - à educação, à saudável integração das crianças e jovens de outras nacionalidades, dando combate a todas as manifestações discriminatórias, racistas ou

xenófobas, pelo reconhecimento e valorização da diversidade étnica, cultural e social.

2.5.16. O Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação

2.5.16.1. O Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação é um elemento importante na relação das escolas com as famílias, na melhoria da qualidade e do funcionamento da Escola Pública.

2.5.16.2. No contexto em que aumenta drasticamente o número de famílias atingidas pela política de desvalorização e destruição da Escola Pública, em que cresce a insatisfação face a carências básicas de funcionamento e qualidade das escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação têm um importante papel no combate e na luta contra a destruição da Escola Pública.

2.5.16.3. As Associações de Pais continuam a enfrentar dificuldades de consolidação das suas estruturas, nomeadamente no seu funcionamento e composição dos órgãos sociais, num quadro em que seria necessária, a par do acompanhamento à educação dos alunos, da participação em projectos educativos e na gestão da escola, uma maior e mais activa intervenção na luta e mobilização em defesa da Escola Pública de qualidade.

2.5.16.4. Com algumas excepções, o Movimento de Pais e Encarregados de Educação na Região caracteriza-se por uma actividade focada na tentativa da resolução de problemas isolados, sem que isso tenha em conta as causas e as orientações mais gerais da Política Educativa e suas consequências. Embora a maioria das preocupações das Associações sejam justas e derivem de aspirações naturais, as mesmas não se enquadram numa intervenção e acção mais geral de luta contra a Política Educativa.

2.5.16.5. Apesar das dificuldades e insuficiências, algumas Associações de Pais assumiram um papel dinamizador e mobilizador em importantes acções de denúncia e protesto aquando da falta de condições materiais e humanas em escolas da região.

2.5.16.6. Este facto revela as enormes potencialidades deste movimento, a que devemos dar mais atenção no plano das organizações do Partido, destacando mais quadros que estejam em condições de intervir nesta área e apontando linhas de intervenção, no sentido de um maior conhecimento da realidade e das Associações existentes, de mobilização das mesmas, dos pais e encarregados de educação para a participação e intervenção nas questões da educação e na frente de luta em defesa da Escola Pública, gratuita e de qualidade para todos.

2.5.17. Os Bombeiros

2.5.17.1. O Movimento Associativo dos Bombeiros na Região de Setúbal constituído por dezasseis associações, tem um papel insubstituível na protecção civil, apoio e socorro das populações, a par da participação que dão à vida cultural e desportiva das localidades, o que lhes confere uma grande importância social e política.

2.5.17.2. A política de direita que vem sendo desenvolvida por sucessivos governos tem afectado muito negativamente as Associações de Bombeiros Voluntários, os cortes e a crescente falta de apoio e incentivos às suas actividades e projectos criam crescentes dificuldades à sua acção e funcionamento.

2.5.17.3. No plano da sua organização e funcionamento este movimento está estruturado numa Liga Nacional e a nível regional em Federações. Recentemente foi eleita uma nova direcção para a Federação Distrital de Setúbal, que pode constituir um importante momento no reforço da actividade e na defesa dos interesses das associações. Importa dinamizar acções e iniciativas que projectem a sua força e importância social, promovam a cooperação entre associações e assumam um papel mais activo na luta pelas reivindicações deste Movimento.

2.5.17.4. A participação de militantes do Partido nos diferentes níveis da estrutura Federativa do Movimento Associativo de Bombeiros impõe que lhe sejam criados espaços para discussão e envolvimento, de forma a melhor poderem agir para o reforço da influência e força deste Movimento Associativo, enquanto estrutura popular e de massas que deve ter uma vida interna democrática.

2.5.18. O Trabalho Político Unitário

2.5.18.1. As questões da ligação do Partido às massas e do alargamento da sua influência, partindo de um considerável trabalho realizado, são uma área que justifica um aprofundamento da discussão de modo a avaliar experiências, a apurar orientações e generalizar a compreensão do papel essencial que tem cada militante e cada organização nesta vertente essencial da acção e do reforço do Partido.

2.5.18.2. O papel de cada militante, a sua iniciativa no contacto, diálogo e ligação com aqueles que estão à sua volta, o estímulo para que o faça e a necessidade da ajuda à preparação de cada um para esse trabalho.

2.5.18.3. Milhares de membros do Partido, com uma intervenção mais activa no contacto com quem os rodeia, representam uma força com uma acrescida capacidade de esclarecimento e mobilização.

2.5.18.4. É necessário perceber e acompanhar regularmente os problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações da área onde cada organização actua, vendo quais são as reivindicações a lançar, as formas de esclarecimento, acção e desenvolvimento da luta na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

2.5.18.5. Em conexão com esta linha de trabalho coloca-se a questão do desenvolvimento do trabalho político unitário. As organizações do Partido e os militantes comunistas devem tomar a iniciativa de contactar pessoas sem filiação partidária ou mesmo ligadas a outras forças políticas, para agir em conjunto em torno de justos objectivos, para a intervenção, dinamização e fortalecimento dos movimentos unitários de massas e para o alargamento da convergência contra a política de direita e pela construção de uma alternativa política patriótica e de esquerda.

2.6. Correlação de Forças no Plano Eleitoral

2.6.1. Análise Geral

2.6.2. Entre a 8ª e a 9ª AORS realizaram-se 3 actos eleitorais: Eleições para a Assembleia da República, Eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu, ocorrendo alterações no panorama político-partidário. A crise política, decorrente da demissão do então primeiro-ministro José Sócrates levou à convocação de eleições antecipadas para a AR, sendo consequência directa da crise económica e social causada pela política de direita praticada por PS, PSD e CDS, (com o apoio do Presidente da República), inseparável do rumo de integração capitalista da UE e da crise do sistema capitalista. De PEC em PEC chegamos ao pacto de agressão que a *troika* nacional assinou com a *troika* estrangeira, o resultado foi mais exploração, mais empobrecimento, mais dependência, menos direitos, fruto do aprofundamento da ofensiva desenvolvida pelo governo de turno, neste caso do PSD/CDS, que conseguiram a maioria dos deputados nas eleições para a AR em 2011.

2.6.3. O balanço deste ciclo eleitoral realizado é positivo, tendo as organizações do Partido correspondido com empenhamento e mobilização nos combates eleitorais. Ao mesmo tempo tem sido desenvolvida uma violenta ofensiva ideológica que tem insistido na ideia que esta política e suas consequências são inevitáveis criando dificuldades à ruptura e a uma maior afirmação e ampliação da política alternativa patriótica e de esquerda.

2.6.4. PS, PSD e CDS desenvolvem na região uma acção marcada pela contradição entre o que defendem e praticam no plano nacional, submetidos ao pacto de agressão das *Troikas* e à política de direita, e a demagogia com que abordam os problemas locais. Em geral procuram responsabilizar as autarquias locais pelos problemas que a sua política cria. Ao mesmo tempo, usam as posições institucionais que ocupam, decorrentes da presença no Governo para procurar condicionar a actividade do movimento associativo popular, das IPSS, das autarquias locais.

2.6.5. O BE, tem tido um percurso determinado pelo seu carácter social democratizante marcado por uma aproximação ao PS e uma colagem à sua agenda.

2.6.6. O PEV, Partido Ecologista "Os Verdes" tem-se afirmado através de uma destacada acção ecologista, de grande ligação aos problemas da região, que prestigia e reforça a CDU.

2.7. Eleições Legislativas

2.7.1. Nas eleições realizadas a 5 de Junho de 2011, para a Assembleia da República a CDU obteve no Distrito de Setúbal 82.816 votos 19,7% dos votos, diminuindo ligeiramente em votos e percentagem face a 2009.

2.7.2. A eleição de 4 deputados da CDU no Distrito, constitui uma inequívoca expressão da consolidação eleitoral que a CDU vem registando, embora passando a 3ª força mais votada. O PS no Distrito perde cerca de 30 mil votos, 2 deputados e 7% dos votos, mantendo a quebra eleitoral que já tinha registado em 2009. O PSD passa a 2ª força, sobe 37 mil votos, elege mais 2 deputados e obtém mais 9% dos votos. O CDS obtém mais 12 mil votos, mais 1 deputado e mais 3%. O BE perde 1 deputado, 30 mil votos e 7%.

2.7.3. A nível nacional o PSD e o CDS obtêm uma maioria de deputados, expressão do descrédito da política realizada pelo PS. O PSD aumenta cerca de 500 mil votos e 9%. O PS perde cerca de 500 mil votos e 9%. O CDS obtém mais 60 mil votos e 1%. O BE perde metade do seu grupo parlamentar (8 deputados), 270 mil votos e 5%. A CDU a nível nacional cresceu em expressão eleitoral elegendo mais um deputado, reforçando o grupo parlamentar.

2.8. Eleições Autárquicas

2.8.1. Nas eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013 a CDU, na região de Setúbal, obteve uma grande vitória que se traduziu numa maior expressão eleitoral e no aumento do número de mandatos obtidos em órgãos municipais, atingindo assim os principais objectivos com que a CDU se apresentou nesta importante batalha.

2.8.2. A CDU obteve na região 41,8% dos votos para as Câmaras Municipais, mantendo a maioria nos 8 concelhos já geridos pela CDU, conquistando mais dois mandatos em câmaras e onze em assembleias municipais. A passagem a maioria absoluta na CM de Almada, a extraordinária subida de votação para os órgãos autárquicos no concelho do Montijo, passando a 2.ª força política a apenas 426 votos de conquistar a CM, factos de grande relevância.

2.8.3. A CDU conquistou a presidência de 30 das 37 freguesias e uniões de freguesia. É de valorizar o facto de a CDU ter sido a força mais votada em várias freguesias que no mandato anterior eram do PS. Este excelente resultado, cria melhores condições para continuar a luta pela devolução das freguesias ao povo.

2.8.4. O PS, perde votos e mandatos no concelho do Montijo onde passou a ter a maioria relativa na Câmara e Assembleia Municipal. Perdeu as presidências de Juntas de Freguesia que tinha nos concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela e Setúbal.

2.8.5. A CDU aumentou a diferença de votação relativamente ao PS para as Câmaras Municipais da região, em termos percentuais passou de 15,9% em 2009 para 16,5% em

2013.

2.8.6. O PSD mantém apenas uma presidência de Junta de Freguesia e tem mais um mandato nas Câmaras e mantém os mesmos mandatos em Assembleias Municipais.

2.8.7. O BE perde o vereador na CM Almada e passou a ter mais dois mandatos em AM.

2.8.8. Os resultados obtidos pelos partidos da política de direita, PS, PSD e CDS, refletem uma clara rejeição dos trabalhadores e das populações relativamente à política praticada por estes partidos e a confiança e reconhecimento no projecto autárquico do PCP e no trabalho realizado.

2.8.9. Com esta votação regional a CDU reforça e alarga a sua condição de maior força política na Região e no Distrito de Setúbal, aumentando assim a sua influência política, o que lhe permitiu criar melhores condições para o trabalho nas instituições regionais e reforçando-se como força política com mais presidências de câmara na Área Metropolitana de Lisboa.

2.8.10. Este resultado é o reconhecimento de que o projecto autárquico do PCP e a prática da CDU são os que melhor servem as populações, tendo na democracia participada, fruto da sua ligação às populações, condição essencial para uma gestão democrática, assente nos princípios fundamentais - trabalho, honestidade e competência - a sua acção na resolução concreta dos problemas das populações.

2.9. Eleições para o Parlamento Europeu

2.9.1. As eleições para o PE de 25 de Maio de 2014, confirmaram a CDU como a força mais votada no Distrito de Setúbal. Na Península, a CDU cresceu em número de votos e percentagem em todos os concelhos, obtendo mais 6 mil votos que em 2009, num quadro de diminuição do número de votantes. A soma dos votos obtidos pelos partidos subscritores do pacto de agressão (PS, PSD e CDS) revela a perda de 11.400 votos no seu conjunto, em relação a 2009. O BE perde mais de 21 mil votos, em relação a 2009.

2.9.2. No plano nacional, estas eleições representam um importante resultado para a CDU e o isolamento político e social do governo PSD/CDS. O aumento da expressão e influência eleitorais da CDU com mais votos, mais percentagem e mais um deputado, constitui um dos mais significativos êxitos da CDU para o Parlamento Europeu.

2.10. Intervenção e Trabalho nas Instituições

2.10.1. Parlamento Europeu

2.10.1.1. Dando continuidade a um trabalho de ligação dos deputados do PCP no Parlamento Europeu ao país e às populações, realizaram-se inúmeras iniciativas no distrito, visitas e encontros que permitiram apresentar diversas perguntas, intervenções em plenário ou declarações escritas sobre os problemas das populações e dos trabalhadores que os deputados do PCP levaram ao Parlamento Europeu.

2.10.1.2. O aprofundamento da articulação do trabalho com os nossos eleitos no PE é potenciador do desenvolvimento da intervenção do Partido na Região, nomeadamente política e eleitoral, e contribuirá para uma intervenção mais intensa e qualificada dos comunistas a esse nível.

2.10.1.3. Também a deslocação de diversos grupos de diferentes camadas e sectores que, levando os seus problemas, têm sido um contributo para o trabalho dos eleitos comunistas no Parlamento Europeu e têm possibilitado ao partido, uma mais eficaz intervenção.

2.10.2. Assembleia da República

2.10.2.1. A actividade do Grupo Parlamentar na Assembleia da Republica tem constituído

um elemento fundamental na denúncia e fiscalização da política do governo, no combate à brutal ofensiva política e legislativa e na apresentação de propostas para a resolução dos problemas da Região e do País.

2.10.2.2. Os deputados eleitos pelo Circulo Eleitoral de Setúbal têm mantido uma intensa ligação e intervenção com o povo de Setúbal, têm promovido e participado em iniciativas, encontros visitas e reuniões com os trabalhadores e seus órgãos representativos e com outras forças sociais da Região.

2.10.2.3. São a voz dos trabalhadores e das populações na Assembleia da República, onde denunciam os seus problemas e valorizam as suas justas lutas e reivindicações.

2.10.2.4. É necessário dar continuidade a este trabalho e tomar medidas que potenciem a presença dos eleitos na região e melhorar a divulgação do trabalho realizado.

2.10.3. Autarquias Locais

2.10.3.1. O governo do PSD/CDS com a inteira colaboração do PS, tem vindo a desenvolver o mais profundo ataque de que há memória contra o Poder Local Democrático, as populações e os trabalhadores.

2.10.3.2. As autarquias locais têm sido ao longo dos últimos anos vítimas do esbulho das suas receitas por parte dos sucessivos governos conduzindo a crescentes dificuldades financeiras e no seu funcionamento, criando espaço a instrumentos de ataque à autonomia financeira e administrativa como são o PAEL e o FAM. A instituição de um regime de finanças locais assente na fiscalidade local, eliminando a justa repartição central e local das receitas do Estado, responsabilizando as autarquias pela imposição de novos agravamentos fiscais a serem suportados pelas populações e empresas.

2.10.3.3. A eliminação da autonomia administrativa, retirando inúmeras competências ao Poder local para as entregar a estruturas supra municipais, invertendo o que deve ser um efectivo processo de descentralização, a que a regionalização daria corpo e que tem sido sucessivamente adiada, em prejuízo das populações, das regiões e do desenvolvimento do País.

2.10.3.4. A chamada reforma administrativa extinguiu 20 freguesias, dificultando a ligação às populações por via da redução do número de eleitos, tem subjacente a extinção de muitos municípios, sempre com o objectivo de despedir milhares de trabalhadores, condicionando a sua capacidade de organização, de recrutamento de trabalhadores para suprir necessidades efectivas, privatizar serviços públicos autárquicos, reduzir dirigentes e extinguir empresas municipais, com manifestos prejuízos para as populações.

2.10.3.5. Também esteve em cima da mesa e mais uma vez adiado o desfiguramento do sistema eleitoral, que visa a eliminação da eleição directa das Câmaras Municipais e a imposição de executivos homogéneos, consagrando um regime de poder absoluto e falta de controlo democrático, com o fim das características plurais e democráticas existentes.

2.10.3.6. A tentativa de imposição das 40 horas de trabalho semanal, aos trabalhadores da Administração Local foi até ao momento derrotada graças à luta prolongada e firme dos trabalhadores e da solidariedade dos eleitos da CDU. Na região todas as autarquias praticam as 35 horas semanais exceptuando uma única junta de freguesia.

2.10.4. São objectivos principais da acção dos eleitos comunistas:

2.10.4.1. Desenvolver uma gestão assente em opções políticas determinadas por critérios de classe, que se distingue de outras pelas relações que estabelece com os trabalhadores ao serviço das autarquias, com a valorização das suas condições profissionais e de trabalho com as suas estruturas representativas na defesa dos seus direitos, nos critérios de uso do

solo e de sustentabilidade ambiental, na manutenção na esfera pública dos resíduos, saneamento e água, na definição de investimentos, na relação com o movimento associativo e popular, na defesa e valorização do serviço público, no conteúdo das políticas culturais e desportivas, na relação com as populações e no incentivo à participação e luta popular e se afirme numa prática política que vise a concretização do Projecto Autárquico do PCP;

2.10.4.2. Desenvolver uma acção política marcada pela proximidade às populações e aos problemas, que estimule a participação das organizações populares e das populações, a luta e a elevação da consciência social, política e cultural do povo e contribua para a afirmação do projecto do Partido e o seu prestígio;

2.10.4.3. Resolver os problemas das populações, no quadro das suas competências e capacidades, afirmar os seus direitos e defender as suas aspirações e interesses colectivos, assumindo uma firme postura face ao Poder Central na exigência do cumprimento das suas responsabilidades no respeito pela autonomia administrativa e financeira;

2.10.4.4. Salvaguardar o carácter público do serviço municipal prestado às populações e defender no presente e para o futuro o património e competências municipais;

2.10.4.5. Intervir sobre os principais problemas sociais, defendendo o desenvolvimento do aparelho produtivo e o emprego.

2.10.4.6. Defender a reposição das freguesias extintas.

2.10.5. No plano do Partido, e no âmbito da nossa intervenção no plano local, é necessário:

2.10.5.1. Manter e reforçar a participação regular dos Eleitos comunistas na estrutura partidária aos vários níveis - regional, concelhio e de freguesia - cumprir o princípio estatutário de não ser beneficiado nem prejudicado e melhorar o funcionamento e a articulação entre os vários órgãos;

2.10.5.2. Dar continuidade ao trabalho regular nas Células de Eleitos das Câmaras Municipais, reforçar e criar, onde ainda não existe, Células dos Eleitos em Juntas de Freguesia;

2.10.5.3. Melhorar a preparação das sessões dos órgãos deliberativos e dar regularidade e conteúdo específico às reuniões de eleitos das Assembleias Municipais e de Freguesia, designadamente com a constituição de organismos próprios;

2.10.5.4. Dar carácter regular ao trabalho de coordenação entre Eleitos dos diferentes Órgãos Autárquicos;

2.10.5.5. Reforçar a articulação da acção entre comunistas Eleitos em Autarquias e comunistas Eleitos em estruturas do Movimento Associativo e Movimento dos Trabalhadores.

III

COM OS TRABALHADORES E O POVO - UM PARTIDO MAIS FORTE

3. O PCP é o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, que defende os interesses das camadas antimonopolistas, independente da influência dos interesses, da ideologia e da política das forças do capital. É o Partido que tem como objectivos supremos a construção do socialismo e do comunismo, de uma sociedade liberta da exploração e da opressão capitalistas. É o Partido que tem como base teórica o marxismo-leninismo, concepção materialista e dialéctica, instrumento de análise, guia para a acção, ideologia crítica e transformadora. É o Partido que tem princípios de funcionamento decorrentes do desenvolvimento criativo do centralismo democrático, assentes numa profunda democracia

interna numa única orientação geral e numa única direcção central. É um Partido patriótico e internacionalista.

3.1. Uma Acção Intensa, Combativa e Coerente

3.1.1. No período entre a 8ª e a 9ª AORS a ofensiva do grande capital contra os trabalhadores e o povo colocou ao Partido grandes exigências, no combate e resistência a essa ofensiva e na afirmação do projecto alternativo do PCP uma acção indissociável da participação empenhada e militante das organizações e dos membros do Partido que apesar de dificuldades diversas do trabalho de direcção permitiu que o Partido cumprisse o seu papel neste período.

3.1.2. O PCP esteve na linha da frente nas muitas e fortes lutas travadas neste período pelos trabalhadores. Dinamizou e esteve com as populações na sua luta contra a privatização e degradação dos serviços públicos, bem como com a de outras camadas e sectores específicos em defesa dos seus interesses e direitos.

3.1.3. O PCP esteve na primeira linha de denúncia e combate ao pacto de agressão, realizando centenas de iniciativas com os mais diversos contornos - acções de propaganda, sessões de esclarecimento, tribunas públicas, entre outras. Ao mesmo tempo, afirmou as propostas alternativas do Partido para a região e para o país.

3.1.4. Participou em três actos eleitorais - Legislativas antecipadas, Autárquicas e o Parlamento Europeu - fazendo destes grandes batalhas de esclarecimento político.

3.1.5. O PCP comemorou os aniversários do Partido e do Avante! realizou com êxito a Festa do Avante! e desenvolveu as acções “Avante por um PCP mais forte” e “Mais organização, mais intervenção, maior influência - um PCP mais forte”, de que se destaca a acção de contacto com os membros do Partido. Neste período, destacam-se as comemorações do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal e o 40º aniversário da Revolução de Abril, acções que com o empenhamento de toda a organização, constituíram importantes momentos no combate ideológico, nomeadamente no branqueamento do fascismo, no apagamento do papel do Partido na luta pela democracia, na Revolução de Abril e no combate à contra revolução e na afirmação dos valores, ideais e objectivos do Partido.

3.2. Organização, Direcção e Estrutura

3.2.1. O desenvolvimento das acções integradas de reforço do Partido “Sim, é possível um PCP mais forte!” e “Avante! Por um PCP mais forte” na Organização Regional de Setúbal permitiram o reforço das organizações de base e uma mais eficaz intervenção do Partido junto dos trabalhadores em empresas e locais de trabalho e ao nível local.

3.2.2. A discussão regular das questões de organização na ORS contribuiu para que se progredisse no acompanhamento às empresas e locais de trabalho, bem como às estruturas unitárias, associativas e populares.

3.2.3. A realização durante estes quatro anos, das Assembleias das Organização concelhias, algumas mais que uma vez, a par de 58 Assembleias das Organizações de base, de freguesias e de células de empresas foram um importante contributo para o reforço da organização do Partido, para o conhecimento das diferentes realidades da região, para o papel que o Partido tem tido na direcção da luta como resposta aos problemas e anseios dos trabalhadores e das populações.

3.2.4. Ficando aquém em número e na regularidade, na generalidade das organizações os plenários mensais de militantes revelaram-se adequados como forma de ligação ao Partido e às massas.

3.2.5. Na Organização Regional de Setúbal o número de membros do Partido é de 11.756 (dados de 31 de Dezembro de 2014), menos 310 que na 8ª Assembleia, dos quais 47% são operários, 26 % empregados, 1,1% operários agrícolas, pescadores e agricultores, 10,2% quadros técnicos e intelectuais, 5,3% micro, pequenos e médios empresários, 2,1% estudantes e 8,3% diversos.

3.2.6. Quanto à composição etária: 0,2% dos inscritos têm menos de 20 anos; 3% têm entre 21 e 30 anos; 9,9% têm entre 31 e 40 anos; 10,8% têm entre 41 e 50 anos; 25% entre 51 e 64 anos; e 51% têm mais de 64 anos. Existem 7.706 homens e 4.050 mulheres (o que corresponde a 34,5%).

3.2.7. O recrutamento de 699 novos militantes, nestes quatro anos, sendo insuficiente para compensar os falecimentos registados, proporcionou o rejuvenescimento e o reforço de muitas organizações. O recrutamento está aquém das possibilidades tendo em conta o enorme prestígio do Partido na região. Persistem dificuldades de integração e responsabilização dos novos militantes.

3.2.8. Na ORS a campanha “Mais organização, mais intervenção, maior influência - Um PCP mais forte” traduziu-se no contacto com milhares de membros do Partido, e teve importantes resultados junto de camaradas há muito tempo desligados da actividade do Partido, na recolha de quotização em atraso, no melhor conhecimento da realidade social das empresas e dos locais de residência, na disponibilidade para a compra do Avante e de o Militante.

3.2.8.1. A acção de contactos, importante instrumento para o reforço orgânico, político e ideológico, permitiu que milhares de membros do Partido que durante vários anos não tiveram contacto organizado o pudessem passar a ter, a receber a imprensa e a pagar a sua quota. Hoje sabemos com mais rigor quem são, onde trabalham e onde moram. Estamos em melhores condições para manter o contacto regular com os militantes e estes também sabem com quem contactar. Não estando completa a campanha até final de 2014, foram tomadas medidas para que os contactos sejam terminados até à Marcha Nacional de 6 de Junho de 2015.

3.3. Organização e Intervenção do Partido nas Empresas e Locais de Trabalho

3.3.1. A Organização Regional de Setúbal tem procurado dar resposta ao reforço da organização, junto da classe operária e dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho. Lá, onde o confronto de classes se dá de forma mais intensa e onde a par da precarização das relações de trabalho, a ofensiva ideológica procura desviar do trabalhador a consciência do grau de exploração a que é submetido, colocam à tarefa uma grande exigência.

3.3.2. Na ORS estão organizados por local de trabalho 2066 membros do Partido e existem 93 células e organismos para o trabalho nas empresas.

3.3.3. A coordenadora de empresas e sectores tem exercido um importante papel para a coordenação da acção e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores nas empresas e sectores estratégicos. Espaço de coordenação do trabalho de empresas prioritárias e sectores de actividade, teve funcionamento regular, promoveu plenários regionais sobre a organização e reforço do Partido, a realidade social nas empresas e locais de trabalho e o desenvolvimento da luta.

3.3.4. O trabalho para a criação, desenvolvimento e acompanhamento das células de empresa e locais de trabalho, é da responsabilidade de todos os organismos de direcção, com particular destaque para as comissões concelhias. Tendo em conta as características de algumas empresas e sectores, como acontece com as células da Autoeuropa, e do Parque Industrial da Autoeuropa, da Fertagus, da Amarsul e da Simarsul são acompanhadas no plano regional. Os organismos de direcção, em particular o secretariado da DORS, em articulação

com o executivo, devem encontrar os meios necessários e as medidas estruturais para concretizar as prioridades assumidas pelo Partido, para a organização nas empresas e locais de trabalho.

3.3.5. O reforço da organização do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, nas empresas e locais de trabalho é uma tarefa que exige de todo o Partido uma atenção especial, impõe-se para isso:

3.3.5.1. O reforço das células já existentes, garantindo o seu funcionamento regular e a sua intervenção política e de massas e a criação de novas células exigem a tomada de medidas de direcção envolvendo mais quadros e meios para a concretização destes objectivos nomeadamente nas empresas e locais de trabalho;

3.3.5.2. Continuar e intensificar a transferência das organizações locais para as empresas e locais de trabalho de membros do Partido com menos de 55 anos;

3.3.5.3. Tomar medidas para o acompanhamento e enquadramento dos militantes do Partido que em número crescente são sujeitos ao desemprego e mudam de emprego, entre diferentes sectores e diferentes regiões;

3.3.5.4. Aproveitar as grandes potencialidades de reforço, que as lutas e batalhas eleitorais revelam, em que milhares de trabalhadores sem filiação partidária que conosco participam estarão disponíveis para aderir ao Partido;

3.3.5.5. Manter e alargar o trabalho de propaganda dando a conhecer aos trabalhadores as posições do Partido, utilizando as mais diversas formas, nomeadamente a partir de documentos próprios das células ou sectores, para além do aumento da distribuição e venda do "Avante!" e de " O Militante";

3.3.5.6. Indissociável do reforço da organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho é a criação e o funcionamento regular dos organismos de membros do Partido que intervêm nas estruturas sindicais e nas organizações unitárias dos trabalhadores em geral.

3.4. A Organização do Partido no Local de Residência

3.4.1. As organizações por local de residência desempenham um papel relevante na dinamização da actividade do partido, com a sua iniciativa contribuem para estreitar a ligação às massas.

3.4.2. Segundo o último Balanço de Organização da ORS, as organizações por local de residência integram 9.690 militantes, abrindo grandes possibilidades de intervenção nas várias áreas da actividade partidária, nomeadamente no movimento associativo e popular, no trabalho autárquico, na dinamização de comissões de utentes em defesa dos serviços públicos (saúde, transportes, etc.) e outras acções de luta das populações.

3.4.3. Às Comissões de Freguesia cabe desempenhar um papel cada vez mais activo na intervenção e dinamização das acções de luta em defesa das populações por objectivos específicos e gerais, bem como a intervir junto dos trabalhadores das empresas existentes na respectiva área geográfica.

3.4.4. Mantêm-se dificuldades na concretização da orientação definida, das organizações por local de residência transferirem para as células de empresa ou local de trabalho todos os militantes em idade activa, com menos de 55 anos. É indispensável a adopção de medidas concretas para a concretização desta orientação.

3.4.5. É muito importante que os eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesias sejam acompanhados pelas Comissões de Freguesia, criando-se os organismos adequados para o

seu enquadramento de forma a permitir um melhor conhecimento dos problemas das populações e uma intervenção mais eficaz.

3.5. Informação, Propaganda e Imprensa do Partido

3.5.1. A acção do Partido, a concretização dos seus objectivos exigem que se criem as melhores condições para os trabalhadores e o povo poderem conhecer o projecto, as propostas, as posições e análises do PCP.

3.5.2. Num quadro de grande desproporção de meios, onde se acentuam as tentativas de silenciamento e se promove o anticomunismo, é indispensável a definição e concretização de uma intensa e alargada acção do Partido, apontando orientações, fortalecendo e criando meios e formas de intervenção.

3.5.3. A propaganda e a agitação devem ter em conta as características das camadas a que se dirigem, os seus níveis de conhecimentos e informação, os seus interesses específicos. A partir dos problemas concretos, as organizações do Partido devem apontar reivindicações e conduzir à luta organizada.

3.5.4. A informação e propaganda do Partido é parte da sua actividade geral, e do seu reforço orgânico. Para que tal se efective, é preciso que cada organismo discuta e tome medidas de direcção e de quadros de acordo com esta importância.

3.5.5. O Partido recorre a uma grande diversidade de meios e formas de difundir a sua mensagem. É necessário adaptar a nossa acção ao quadro de maiores limitações financeiras aproveitando todos os meios, designadamente os electrónicos, ter uma intervenção atempada aproveitando devidamente quer aos materiais editados quer à propaganda visual sonora e escrita e melhorando o trabalho que vimos fazendo com a comunicação social regional de divulgação das nossas propostas.

3.5.6. A resposta por parte de cada organização a esta tarefa impõe aumentar a produção de folhetos e boletins dirigidos aos trabalhadores e às populações.

3.5.7. No campo da informação a imprensa do Partido, o Avante e o Militante, desempenham um importante papel nas condições em que a batalha ideológica se trava para o qual as organizações devem dar mais atenção, promover a sua venda e divulgação, realizar bancas, vendas de rua e nas empresas aumentar a rede de difusores envolver mais militantes nesta importante tarefa.

3.5.8. Os condicionamentos à propaganda do Partido inserem-se num quadro de limitações à liberdade de expressão, violadoras dos direitos constitucionais, que devem ser combatidas em toda a linha, pelo exercício do direito à propaganda, com o recurso a todas as formas de propaganda ao dispor do Partido, e também através da preparação política dos militantes.

3.6. A Festa do Avante!

3.6.1. A Festa do Avante! continua a afirmar-se como a maior realização Político-Cultural de massas do Portugal de Abril, revelando uma enorme dimensão nacional e internacional.

3.6.2. A concepção e realização da Festa do Avante! e a sua crescente afirmação são inseparáveis do facto da mesma ser concebida, construída e organizada pelo Partido Comunista Português.

3.6.3. A Organização Regional de Setúbal, tem mantido um papel muito importante na realização da Festa, assumindo responsabilidades, participando nas iniciativas centrais e nas diversas tarefas que assegura: a divulgação e venda da EP, a construção, o funcionamento. Tarefas que são desenvolvidas não só através do contributo dos seus militantes, mas também

na mobilização de muitos amigos nas diversas áreas e saberes.

3.6.4. Na ORS, importantes dimensões da Festa como a Política, a Cultura, o Desporto, a Gastronomia, a Solidariedade e a Amizade, têm ao longo dos anos constituído um valioso contributo para um espaço de liberdade, camaradagem, convívio e alegria onde têm estado patentes as lutas desencadeadas pelos trabalhadores e pelo povo, contra a ofensiva praticada pela política de direita. A presença da cultura da região esteve patente com a participação de artistas plásticos nas Bienais de artes plásticas, de vários grupos musicais, de teatro, folclóricos e etnográficos nos palcos da festa.

3.6.5. A Festa do Avante! Festa do Povo, da Juventude e do Portugal de Abril, vai contar no futuro com mais espaço. Tal como aconteceu com a Quinta da Atalaia foi lançada uma campanha de fundos para aquisição da Quinta do Cabo, que mobilizará todo o colectivo partidário na sua concretização e no seu êxito.

3.6.6. Com confiança no colectivo partidário, nos visitantes e amigos da Festa, nos trabalhadores, na juventude, no povo português, certos de que é possível ultrapassar dificuldades e vencer obstáculos, as organizações do Partido aos mais diversos níveis, devem tomar as medidas de direcção e quadros adequadas ao cumprimento deste objectivo.

3.6.7. Afirmar a Festa é envolver mais simpatizantes e amigos, é combater os preconceitos, as campanhas contra o Partido, é afirmar os valores, as propostas e o projecto do PCP.

3.7. Os Fundos e o Património

3.7.1. Manteve-se no fundamental a caracterização feita na 8ª AORS assegurando-se o financiamento da actividade do Partido na Organização Regional de Setúbal, tal como a nível nacional, através de meios próprios, condição fundamental para o Partido manter a sua independência política e ideológica.

3.7.2. A 8ª AORS traçou o objectivo de garantir o equilíbrio financeiro em todas as organizações concelhias.

3.7.2.1. Nos quatro anos decorridos esse objectivo não foi conseguido, mantendo-se uma situação em que as receitas não acompanham o aumento das despesas, tendo-se registado um acentuado agravamento. Na estrutura da receita mantém-se como principal a verba proveniente das quotizações e contribuições de militantes. No que se refere às quotas continua a ser baixo o número de camaradas a pagar de forma regular a sua quotização. No balanço de 2014 tinham pago pelo menos 1 quota no ano 4191 camaradas, sendo o valor médio das quotas pagas 3,63 euros.

3.7.2.2. As contribuições de filiados continuam a ter uma importância fundamental para os fundos do Partido, sublinhando-se as Campanhas “Um dia de Salário”, a entrega ao Partido das verbas resultantes da participação nas mesas de voto, a par de outras contribuições regulares e permanentes. Mantém-se como segunda verba na estrutura da receita a proveniente dos eleitos autárquicos, resultante do cumprimento generalizado do princípio estatutário de não ser prejudicado nem beneficiado materialmente.

3.7.2.3. A organização continua a ter uma extraordinária capacidade de realização de iniciativas cujo resultado financeiro constitui valioso reforço para os fundos do Partido, a par do valioso contributo de ligação do Partido às massas. Mantêm-se as já tradicionais iniciativas de aniversário do Partido, a participação nas festas populares, a realização de excursões, entre outras.

3.7.2.4. Mantem-se o funcionamento de 14 locais de convívio, assegurado pelas respectivas organizações locais, sendo a sua receita um importante contributo para a actividade do Partido.

3.7.2.4.1. Têm sido feitas obras em alguns Centros de Trabalho, foi inaugurado o Centro de Trabalho de Azeitão, na sua maioria com trabalho militante, tornando esses espaços mais atractivos e acolhedores.

3.7.2.5. No que se refere à rentabilização do património, os passos dados nestes quatro anos não alteraram a situação existente.

3.7.2.5.1. A aquisição do Centro de Trabalho da Baixa da Banheira, correspondendo a uma antiga aspiração da organização local, constitui um importante contributo para a valorização do património do Partido. A Comissão de Freguesia está a desenvolver uma campanha de fundos com vista ao cumprimento do compromisso assumido.

3.7.2.5.2. É de assinalar a mudança de instalações do Centro de Trabalho Concelho de Montijo, dado as anteriores não reunirem condições para o funcionamento normal do Partido.

3.7.2.6. A Campanha Nacional de Fundos para a aquisição da Quinta do Cabo está a ser desenvolvida em toda a organização onde foram estabelecidas metas e cujo resultado sendo diferente de concelho para concelho deverá continuar a merecer acompanhamento permanente com vista a concretização dos objectivos traçados.

3.7.2.7. No que diz respeito às despesas, apesar das medidas de contenção tomadas estas foram insuficientes para fazer face ao aumento generalizado de preços nomeadamente das rendas, transportes, combustíveis, energia, comunicações reflectindo-se negativamente na situação financeira da ORS.

Constituem objectivos para a organização regional de Setúbal:

3.7.2.8. Assegurar o equilíbrio financeiro com o aumento das receitas mas também com a contenção das despesas, potenciando a capacidade de intervenção do Partido na região;

3.7.2.9. Aumentar a verba proveniente das quotizações promovendo a discussão política e ideológica de modo a que mais militantes paguem a sua quota e aumentem o seu valor tendo como referência 1% do vencimento ou remuneração;

3.7.2.10. Valorizar a tarefa do recebimento da quotização e responsabilizar mais quadros por esta tarefa tendo como referência 1 para cada 20 militantes, incentivar o pagamento por meio bancário, e efectuar o controlo regular em cada organismo;

3.7.2.11. Valorizar as contribuições dos militantes e amigos nomeadamente as que decorrem da participação nas mesas de voto;

3.7.2.12. Acompanhar a Campanha Nacional de Fundos a decorrer até Abril de 2016, concretizando a recolha dos compromissos, contactando amigos e simpatizantes, cumprindo o objectivo que a Organização Regional de Setúbal assumiu;

3.7.2.13. Elevar a compreensão sobre o significado do princípio estatutário de não ser prejudicado nem beneficiado no exercício dos cargos;

3.7.2.14. Dinamizar e estimular iniciativas de angariação de fundos, com especial destaque para a Festa do Avante, dinamizando a venda antecipada da EP;

3.7.2.15. Aumentar a difusão do Avante! e de O Militante, essencial para o esclarecimento e intervenção partidária mas que possibilitará o aumento das receitas;

3.7.2.16. Continuar a cuidar do património do Partido, zelando pela sua conservação e estudar formas de rentabilização, criando para isso comissões para o acompanhamento da tarefa com uma maior coordenação e acompanhamento no plano regional;

3.7.2.17. Continuar a trabalhar para a contenção das despesas, gestão criteriosa dos meios sem pôr em causa a actividade do Partido;

3.7.2.18. Formar comissões de iniciativas e de fundos e concretizar medidas para um eficaz controlo financeiro com a criação de comissões;

3.7.2.19. Promover a prestação de contas de forma regular e atempada por parte de todas as organizações zelando pelo cumprimento das normas legais;

3.7.2.20. Manter a funcionar a Coordenadora Regional de Fundos e tomar medidas para que nela participem todos os concelhos e sectores;

3.7.2.21. Regularizar o funcionamento da Comissão de Fundos, Administração e Património da DORS;

3.7.2.22. Discutir regularmente nas organizações os fundos e a sua importância, contribuindo para alargar a compreensão destes como parte integrante do reforço do Partido.

3.8. O Trabalho de Direcção

3.8.1. A resposta globalmente positiva dada pelo Partido na região teve por base o trabalho colectivo e a participação de centenas de quadros aos diversos níveis de direcção que, com a sua militância e intervenção, contribuíram decisivamente para a luta e acção partidária.

3.8.2. O trabalho de direcção regional, realizado num quadro político, social e económico de grande complexidade, assegurou no essencial o cumprimento das principais tarefas do Partido e as exigências colocadas pela luta contra a política de direita. É de destacar o entusiasmo, empenho e dedicação com que o conjunto de quadros e milhares de militantes afirmaram o grande colectivo partidário como uma força ao serviço dos trabalhadores e do povo numa acção orientada por uma dimensão patriótica e internacionalista, pelo ideal e projecto comunista. O prosseguimento e reforço desse estilo de trabalho é uma exigência que nos é colocada vencer estrangulamentos combater rotinas, fatalismos ou baixar os braços.

3.8.3. Prosseguir e aprofundar a afirmação da unidade, coesão e disciplina prevenindo e combatendo práticas que desmobilizam e enfraquecem. Melhorar o controlo de execução estimulando a apreciação crítica ao trabalho realizado, corrigir o que for de corrigir, combater o criticismo.

3.8.4. Aprofundar e alargar a participação como direito e dever, a crítica e autocrítica, a responsabilização individual, o trabalho colectivo e a direcção colectiva, como elementos integrantes do nosso estilo de trabalho que devemos valorizar, melhorar e reforçar.

3.8.5. O trabalho entre Assembleias caracteriza-se pelo funcionamento regular da DORS e pela integração dos seus membros em organismos regionais, nas organizações concelhias, em movimentos de massas e em instituições. A DORS realizou 42 reuniões, abordou e tomou posição sobre as principais questões da vida política e social da região, traçou as grandes linhas de orientação e contribuiu para o reforço da organização do Partido, para a sua unidade e para a defesa dos princípios, natureza e objectivos do Partido.

3.8.6. A DORS a ser eleita na 9ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal deverá na sua composição ter uma maioria de operários e empregados com uma forte componente operária, reflectindo pela composição social, pela inserção nas estruturas dos trabalhadores, das populações e das instituições, o Partido que somos na região.

3.8.6.1. Procedendo a uma natural renovação de quadros, a DORS deverá na sua composição ter quadros com capacidade, dedicação e disponibilidade, firmeza política e ideológica, com uma forte ligação à vida da região, às empresas e locais de trabalho, funcionários e não funcionários do Partido.

3.8.6.2. Integrando quadros com experiência no trabalho orgânico, político e de massas, prosseguindo o caminho do rejuvenescimento e do papel destacado da mulher na sociedade

e no Partido. A DORS deve manter-se como um organismo amplo que integre na sua composição os vários sectores económicos, sociais e culturais da região.

3.8.7. Os organismos executivos da DORS, o Executivo e o Secretariado, com competências próprias atribuídas pela DORS cumpriram o seu papel, foram encontrando as soluções para fazer frente aos problemas que surgiram nestes quatro anos, tendo em conta os meios existentes.

3.8.8. O trabalho de direcção é cada vez mais exigente, pelo que tem de ser capaz de realizar o controlo de execução e encontrar as melhores soluções orgânicas, tendo em conta os meios e as possibilidades, para levar à prática as direcções de trabalho que correspondam às necessidades do Partido. O respeito pelos princípios de funcionamento do Partido, pelas atribuições e competências de cada um dos organismos é da maior importância para a coesão da direcção e para a eficácia do trabalho.

3.8.9. Funcionaram de forma positiva no plano regional os dois organismos intermédios de direcção: o Secretariado do Sector Sindical e o Secretariado de Autarquias, pelo importante papel que desempenham na sua intervenção, devem ser reforçados.

3.8.10. As Comissões Concelhias e os seus respectivos organismos executivos são estruturas fundamentais na direcção do trabalho. As estruturas intermédias de direcção em cada organização concelhia (secretariados de célula ou sector, comissões de freguesia, comissões locais e outros organismos e comissões específicas) têm grande importância. Tendo por base toda a experiência do seu funcionamento, é possível alcançar um nível de trabalho mais estruturado, com a distribuição de tarefas a todos os membros destes organismos reflectindo-se no seu reforço e intervenção nas lutas de massas.

3.8.11. O trabalho das estruturas regionais (coordenadoras, comissões e grupos de trabalho) tem reflexos na capacidade de direcção e intervenção. A regularidade do seu funcionamento, a envolvimento de mais quadros neste trabalho aumentará a capacidade de resposta política da direcção no seu conjunto.

3.9. Os Quadros e a Formação Política e Ideológica

3.9.1. Na organização e na estrutura do Partido, nas organizações unitárias de trabalhadores e das populações e nas instituições estão inseridos e intervêm activamente muitos quadros do Partido. São camaradas, homens e mulheres, de todas as idades que asseguram tarefas das mais diversas responsabilidades, tal deve ser valorizado e potenciado para alcançar ainda maior reforço orgânico e de acção política. Também neste contexto estão os funcionários do Partido que devem igualmente valorizar-se para assumirem novas tarefas com inteira disponibilidade, empenhamento e militância revolucionária.

3.9.2. Fazem-no com o objectivo de servir os trabalhadores e o nosso povo, lutando pela resolução de problemas imediatos e pela construção de uma sociedade sem explorados, nem exploradores.

3.9.3. O Partido precisa de mais quadros. Os quadros do Partido não aparecem de forma espontânea. Naturalmente estão lá nas empresas e locais de trabalho, entre os operários, os trabalhadores, os quadros técnicos e intelectuais, pequenos agricultores, comerciantes e industriais.

3.9.4. Perante a cada vez mais complexa teia das relações sociais e as suas expressões ideológicas é indispensável o estudo individual e colectivo capaz de desmistificar os alicerces da ideologia dominante, que limita e condiciona a acção das massas na luta pelos seus direitos. Para isso é decisivo a formação política e ideológica dos membros do Partido.

3.9.5. Os quadros formam-se na luta, no trabalho colectivo e no funcionamento regular do

Partido. A militância partidária exercida na base dos princípios, objectivos e ideologia do Partido constitui um forte contributo para a formação dos quadros. Mas esta realidade não dispensa a leitura da imprensa do Partido, o Avante! e O Militante, o estudo do marxismo-leninismo, das obras clássicas e das obras do camarada Álvaro Cunhal, nem a frequência nos cursos e acções de formação ideológica.

3.9.6. Nestes quatro anos que medeiam entre assembleias, participaram nas acções de formação nos concelhos além dos cursos na Escola do Partido cerca de três centenas de camaradas, Sendo ainda insuficiente revelou um salto qualitativo no nosso trabalho.

3.9.7. A formação ideológica e a evolução dos quadros é um aspecto que tem de merecer mais atenção quer ao nível regional quer concelhio, o que implica maior acompanhamento pelos respectivos secretariados.

3.9.8. No conjunto dos quadros, os funcionários do Partido assumem um papel fundamental na acção geral do Partido o que obriga a uma elevada firmeza política e ideológica, disponibilidade e dedicação para desempenhar um papel dinamizador na organização partidária. O rejuvenescimento dos quadros funcionários do Partido deve continuar a ser de recrutamento dirigido especialmente às empresas e locais de trabalho.

IV

QUATRO ANOS DE ACÇÃO, LUTA E PROPOSTA COM OS TRABALHADORES E O POVO

4.1. A Luta dos Trabalhadores e das Populações

4.1.1. O desenvolvimento diversificado da luta de massas, tem-se expressado, por um lado na luta dos trabalhadores e por outro lado, na luta das populações nomeadamente em defesa dos serviços públicos e na de outras classes e camadas antimonopolistas que, de forma crescente, têm incorporado todos aqueles que aspiram a uma vida melhor e que não se resignam perante as injustiças e a exploração nem aceitam uma política de declínio nacional.

4.1.2. Luta que tem constituído, quer pela sua dimensão e diversidade, quer pela convergência, um factor decisivo no combate à política de direita e de exigência de uma política alternativa, patriótica e de esquerda.

4.1.3. Crescentemente participadas, as lutas dos trabalhadores e das populações, assumem uma acrescida importância na resolução de problemas concretos, na rejeição das “inevitabilidades” e são a demonstração do papel fundamental da luta de massas na construção de uma ampla frente social de luta e de alianças sociais, questão central e decisiva para derrotar a política de direita e tornar possível uma nova política, patriótica e de esquerda, tão necessária ao país.

4.2. Propostas do Partido para o Desenvolvimento Regional

4.2.1. Na situação actual que Portugal atravessa, com o grau de destruição que 38 anos de política de direita e três de pacto de agressão infligiram ao povo e ao país, o desenvolvimento da região é indissociável da concretização de uma política patriótica e de esquerda, baseada em seis eixos fundamentais: na renegociação da dívida; na promoção e valorização da produção nacional, na valorização dos salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo, na defesa dos serviços públicos e funções sociais do Estado, uma política fiscal justa, na afirmação da soberania e do primado do interesse nacional.

4.2.2. O País e a Península de Setúbal têm enormes potencialidades e recursos que, aproveitados, permitiriam ultrapassar problemas e propiciar uma elevação significativa da

qualidade e condições de vida do povo.

4.2.3. A Península de Setúbal possui uma importante base industrial, um grande potencial para a produção energética, características naturais que lhe permitem dispor de importantes portos nacionais e reais capacidades na agricultura, nas pescas e na aquicultura.

4.2.4. Beneficia de níveis elevados de qualidade de vida e desenvolvimento, indissociáveis da capacidade realizadora do Poder Local Democrático, designadamente nos domínios ambientais, social, associativo, desportivo, cultural, educativo, da investigação e inovação, e do ordenamento do território e de um importante grau de cobertura de infra-estruturas básicas a que se associa uma rede digital de tecnologias da informação.

4.2.5. Conta com trabalhadores portadores de uma vasta experiência na actividade produtiva e uma significativa população jovem.

4.2.6. Integra um potencial muito vasto que lhe advém da ligação ao mar, das condições dos estuários do Tejo e do Sado, de importantes áreas protegidas com destaque para a Serra da Arrábida, de uma frente de praias excepcional e de importantes perspectivas para a actividade turística.

4.2.7. A 9ª AORS considera que a concretização de uma estratégia de desenvolvimento para a Região de Setúbal, a aplicar através do Plano de Desenvolvimento Integrado da Península de Setúbal (PDIPS) apresentado pelo PCP na Assembleia da República, constitui uma base capaz de responder positivamente aos objectivos enunciados.

4.2.7.1. Este plano de desenvolvimento assenta: na promoção da qualidade do território regional; na promoção da coesão do tecido social; no reforço da capacidade do tecido económico e no reforço do sistema regional de conhecimento.

4.2.8. Constituem ainda objectivos imediatos de luta dos trabalhadores e da população da Península:

4.2.8.1. Defender uma redistribuição de rendimentos favorável aos trabalhadores e maioria da população, com aumentos reais dos salários, das reformas e pensões;

4.2.8.2. Criar postos trabalho estáveis e com direitos;

4.2.8.3. Investir no aumento da capacidade produtiva nos sectores automóvel, da reparação naval, do papel, cimentos, adubos, metalomecânica pesada, siderúrgica, eletrónica, biotecnológica, da agricultura, pescas e agro-alimentar, apoiar o desenvolvimento do sector do turismo enquanto vertente do desenvolvimento económico e sócio cultural;

4.2.8.4. Reforçar a rede de ensino superior público para que potencie uma maior qualificação da população e contribua para o desenvolvimento dos sectores produtivos na Península, desenvolver uma rede pública de creches, expansão do sistema educativo público pré-escolar e gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória, a defesa do SNS, o combate à extinção de Centros de Saúde e encerramento de valências hospitalares e pela construção do Hospital no concelho do Seixal e o de Montijo / Alcochete;

4.2.8.5. A construção da Terceira Travessia do Tejo rodo-ferroviária Barreiro - Lisboa; do Novo Aeroporto de Lisboa na área do campo de tiro de Alcochete; a defesa e modernização do pólo ferroviário do Barreiro; o desenvolvimento da actividade portuária, com a ampliação e qualificação do porto de Setúbal e a construção do terminal de contentores no Barreiro; a concretização do projecto do Arco Ribeirinho Sul; a melhoria da acessibilidade rodoviária aos principais centros urbanos; a construção do Pólo logístico do Poceirão, com ligação às redes ferroviárias nacional e internacional.

4.2.8.6. A melhoria e desenvolvimento dos transportes públicos, renovando os comboios em

serviço na linha do Sado; prosseguindo a expansão da rede de metropolitano de superfície até ao Barreiro, com a construção da ponte Seixal-Barreiro, lançando os estudos para o prolongamento do metro até à Moita e Alcochete e a ligação à Costa da Caparica; o alargamento do passe social intermodal a toda a área metropolitana com a integração de todos os operadores sem aumento de custos para os utentes.

4.2.8.7. Criação do sistema intermunicipal de captação e abastecimento de água em alta aos municípios da Península de Setúbal, com um modelo de gestão constituído na esfera do poder local democrático.

4.3. A Luta pela Alternativa

4.3.1. Derrotar a política de direita, alterar o rumo para onde o país foi conduzido, construir uma alternativa é cada vez mais necessário e constitui uma prioridade inadiável do nosso trabalho.

4.3.2. Alternativa que, baseada numa política patriótica e de esquerda, assuma a ruptura com a política de direita e os interesses do grande capital, uma política de defesa dos trabalhadores e do povo e que abra caminho ao desenvolvimento económico, ao progresso social e afirme a soberania e o interesse nacionais.

4.3.3. Alternativa necessária e possível que tem como condições determinantes e dialeticamente interdependentes, para a sua concretização: o reforço do PCP, a ampliação da sua influência social, política e eleitoral, a dinamização e ampliação da luta de massas, a alteração da correlação de forças no plano político favorável à ruptura com a política de direita e a construção de uma verdadeira política de esquerda.

4.3.4. Alternativa para a qual é necessária a convergência e cooperação de forças, sectores e todos os democratas que sendo vítimas da política de direita estejam verdadeiramente empenhados em romper com a actual situação. Trabalho de grande exigência para todas as organizações do Partido, que têm de reforçar com redobrada atenção o trabalho político unitário e trazer para a luta pela construção da alternativa mais gente e novos sectores.

4.3.5. No quadro político em que PS, PSD e CDS se alternam no poder para concretizar a política de direita desenvolve-se um largo espaço de descontentamento a essa política que pode unir não só os sectores mais fragilizados mas também os da pequena e média burguesia.

4.3.6. O reforço do PCP na sua influência social, política e eleitoral, o desenvolvimento de uma ampla frente social e a alteração da correlação de forças favorável a uma ruptura com a política de direita é o caminho para a construção de uma alternativa política. Este processo exige determinação e paciência para o esclarecimento, o combate à descrença, à resignação e à desistência.

4.3.7. Perante uma ofensiva que ataca o regime democrático em vários dos seus alicerces, a unidade dos trabalhadores, dos democratas e patriotas é um elemento fundamental para a combater. Assim é necessário desenvolver o trabalho político unitário estabelecendo contactos para falar da situação política, realizar reuniões nomeadamente com amigos, apoiantes e candidatos independentes nas listas da CDU, para expressamente ouvir a sua opinião, dinamizar e apoiar iniciativas unitárias, públicas, abertas ao debate de temas que mobilizem para a construção de um outro rumo na vida nacional.

4.3.8. Cabe aos militantes e organizações do Partido na região empenharem-se no reforço da organização, fortalecer a ligação às massas, denunciar a política de direita e seus responsáveis, apontar alternativas reforçando os movimentos e organizações de massas contribuindo assim para engrossar o caudal da luta que conduzirá à ruptura com a política de

direita e a exigência de uma alternativa que afirme e defenda os valores de Abril no futuro de Portugal.